

EDITORIAL

O Curso de Ciências Econômicas da FAE Centro Universitário lança a edição de setembro de 2018 da revista eletrônica mensal *Vitrine da Conjuntura*, contendo as partes fixas do Panorama Econômico e Indicadores e três artigos acerca da dinâmica econômica e social do país.

O primeiro texto interpreta a recente revisão das projeções populacionais, realizadas pelo IBGE, até o ano de 2060, destacando os percalços provocados pelo fechamento da janela demográfica para o Brasil.

A segunda reflexão destaca a enorme responsabilidade social dos Economistas, em alusão ao aniversário da regulamentação da profissão, comemorado em 13 de agosto.

A terceira contribuição descreve o desempenho da economia brasileira, no segundo trimestre de 2018, à luz das estatísticas de produto interno bruto (PIB), divulgadas pelo IBGE.

Ótima leitura.

Paz e Bem.

Gilmar Mendes Lourenço

Editor.

RECADOS DA NOVA DEMOGRAFIA BRASILEIRA

Gilmar Mendes Lourenço

Em julho de 2018, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) ofereceu, a pesquisadores e cientistas sociais atuantes no país, um excelente trabalho de revisão das projeções de população brasileira, até o ano de 2060, que ressalta dois aspectos gerais intimamente articulados e merecedores de criteriosas reflexões e estudos mais aprofundados. São eles: o envelhecimento populacional e o fim do bônus demográfico, determinado pela contínua ampliação da fração da população em idade ativa que, em tese, ensejaria a expansão da renda.

De acordo com a entidade nacional, a quantidade de brasileiros passará de 208,0 milhões, em 2018, para 233,2 milhões, em 2047, quando ocorrerá o delineamento de uma trajetória cadente, chegando a 228,3 milhões habitantes, em 2060, quase o mesmo patamar a ser observado em 2034 (228,4 milhões).

O aumento da longevidade, acoplado ao mencionado envelhecimento, pode ser atestado pelo salto na expectativa de vida dos residentes, que partirá de 72,74 anos para homens e 79,8 anos para mulheres, em 2018, e chegará a 77,9 anos e 84,23 anos, respectivamente, em 2060.

Tal episódio não deveria constituir qualquer surpresa. O prolongamento temporal da vida vem constituindo a principal marca da demografia nacional, nas últimas duas décadas, em decorrência da concatenação entre alguns elementos institucionais virtuosos, plantados na Constituição de 1988, capitaneados pela universalização das aposentadorias e serviços de saúde (ainda que em circunstâncias não ideais e, em não poucos casos, de precarização), especialmente nas zonas rurais, o que representou a edificação de uma espécie de Welfare State tupiniquim.

Tanto é assim que a evolução demográfica do país mostra subida do contingente de idosos com mais de 65 anos de idade na população total de 7,3%, em 2010, para 9,2%, em 2018, devendo atingir 25,5%, em 2060. Já a população em idade ativa (PIA), que ocupa o intervalo de mais de quinze e menos de 65 anos, diminuirá de 69,4% do total, em 2018, para 59,8%, em 2060.

Ao mesmo tempo, a taxa de fecundidade, que era de 2,32 filhos por mulher, em 2000, 1,75 filhos por mulher, em 2010, e 1,77 filhos por mulher, em 2018, continuará em rota cadente e chegará a 1,66 filhos por mulher, em 1960, fruto da combinação entre controles espontâneos e estimulados de natalidade e expressivo avanço da participação feminina no mercado de trabalho.

Aliás, o IBGE constatou pronunciada diminuição da fecundidade de mulheres entre 15 e 24 anos e ampliação do número de pessoas do sexo feminino que engravidam entre 30 e 39 anos. A idade média em que as mulheres têm filhos, 27,2 anos, em 2018, ascenderá para 28,8 anos em 2060. Em consequência, o estrato etário entre zero a 14 anos passará a responder por 13,9% do total da população.

No que diz respeito à perda do bônus, é preciso atentar que o rápido envelhecimento brasileiro deverá ampliar, de forma expressiva, a denominada “razão de dependência”, configurada no quociente entre a parcela subordinada economicamente (crianças e jovens menores de 15 anos e velhos com 65 anos ou mais) e aqueles potencialmente produtivos ou em idade de trabalhar (entre 15 e 65 anos). A razão deve subir de 44,0% para 67,2%, no período em tela, significando que 67 indivíduos dependerão de cada grupo de 100, em 2060.

Assim, as estimativas permitiram apurar a antecipação do fechamento da janela demográfica – razão de dependência inferior a 50% - de 2041, de acordo com cálculos efetuados em 2013, para 2035, o que, com a diminuição da fração populacional em idade ativa, tornará o crescimento econômico cada vez mais condicionado à perseguição e obtenção de ganhos de produtividade da mão de obra.

Pelos cálculos dos economistas, que consideram a faixa de idade de aptidão ao trabalho entre 20 e 64 anos, as inquietações seriam maiores. Segundo inferências daqueles profissionais o fim do bônus acontecerá em 2018, pois, a partir de 2019 o volume de brasileiros aptos ao trabalho deverá crescer em menor velocidade que o da população total.

É essencial que o país descubra meios e caminhos para “produzir mais com menos gente” e, por extensão, impulsionar a qualidade educacional.

Essas inescapáveis peculiaridades exigirão que o país descubra meios e caminhos para “produzir mais com menos gente” e, por extensão, impulsionar a qualidade educacional, a incorporação de progresso técnico nos processos produtivos e as mudanças estruturais voltadas à multiplicação da eficiência dos fatores de produção, fortemente comprometida por quase dois decênios de ações macroeconômicas de cunho intervencionista, baseadas em crédito subsidiado e desonerações tributárias pouco transparentes e regulações nacionalistas.

Além de modificações relevantes no mercado de ocupações, as dramáticas alterações na dinâmica demográfica também requererão apreciáveis rearranjos no padrão de financiamento e *modus operandi* da seguridade social (previdência, assistência e saúde), em face da crescente demanda por recursos, em clima de progressiva e acelerada fragilização das fontes de arrecadação e provisão orçamentária.

Só a título de ilustração, é fácil perceber que a definição das especializações dos cursos de medicina deverá levar em conta a necessidade de formar mais geriatras e menos pediatras e o país terá que se dedicar à construção e operação de mais hospitais e menos escolas.

O mais preocupante é que os indicadores do IBGE servem para quantificar e desnudar um conjunto de suspeitas levantadas por cientistas dedicados ao exame das mazelas sociais há alguns anos, sintetizado na premissa de que o Brasil estaria reproduzindo o processo de envelhecimento acontecido em nações desenvolvidas, só que completamente acéfalo de haveres financeiros e retaguardas de proteção erguidas naqueles estados.

Na verdade, o país perdeu as chances oportunizadas pelo quase meio século de abertura da janela demográfica para ativar mecanismos instituições capazes de catapultar estágios de desenvolvimento econômico e social, por meio de inversões que favorecessem contínuas elevações de produtividade, amparadas em abrangentes reformas dos aparatos educacionais, como fez a esmagadora maioria das nações, especialmente os asiáticos.

Apenas como exemplo, enquanto a Coreia do Sul possui 100,0% dos jovens hospedados no ensino médio e 80,0% em regime de formação de terceiro grau, o Brasil tem 66% dos adolescentes matriculados na educação média, com desistência superior a 50,0%.

Como se vê, há enormes desafios a serem enfrentados pela sociedade brasileira nos próximos anos, com a maximização da enorme fatura a ser paga pelos pecados de negligência e omissão, cometidos durante vários decênios, e, o que é pior, sem ajuda da demografia.

ECONOMISTAS E DESENVOLVIMENTO BRASILEIRO

Gilmar Mendes Lourenço

O dia 13 de agosto de 2018 marca a comemoração dos sessenta e sete anos da regulamentação da profissão de Economista no Brasil, agente encarregado das tarefas vinculadas à elaboração de estudos de viabilidade ou do cálculo antecipado das chances de êxito de um negócio específico ou mesmo do conjunto de medidas de política econômica adotadas por diferentes governos.

Trata-se de um cientista social dotado de sólida formação em história e matemática e dedicado às atividades subjacentes ao planejamento de longo prazo ou, mais precisamente, à feitura do exercício de “olhos de águia”, voltado essencialmente ao estabelecimento de referências futuras para as escolhas estratégicas que deverão ser efetuadas no presente, tanto por organizações produtivas específicas quanto por instâncias políticas.

Em um momento em que a nação enfrenta um grupo apreciável de dificuldades para escapar, em definitivo, da maior e mais longa recessão já acontecida por aqui desde a proclamação da república, e pegar carona, com quase uma década de atraso, no segundo maior ciclo expansivo da economia mundial, desde a segunda guerra, o trabalho deste profissional revela-se imprescindível.

Especialmente porque foram os economistas os grandes artífices do desenvolvimento brasileiro induzido pela implantação da industrialização por substituição de importações, entre o começo dos anos 1930 e o final da década de 1970, que, ao completar o circuito da segunda revolução industrial, alçou o país à condição de oitava maior economia do planeta.

Por certo, a negação dos efeitos do choque triplo acontecido no front global em 1979 - centrados na multiplicação dos preços do petróleo e das taxas de juros e na recessão subsequente -, resultou na profunda crise dos anos 1980, armada pela combinação entre impulsão das dívidas externa e interna, especulação financeira e hiperinflação, e combatida, de maneira equivocada, pela mistura de ingredientes ortodoxos com experimentalismos, concebidos e sugeridos fundamentalmente por economistas, no final da ditadura militar e no começo da redemocratização.

Na década de 1990 e começo da de 2000, a implementação da retaguarda de proteção social, plantada na Constituição de 1988, em simultâneo à desinflação provocada pelo plano real e às alterações no *modus operandi* do aparelho econômico, com abertura comercial, desregulamentação, privatizações e lei de responsabilidade fiscal, com encorpada presença dos economistas, contribuíram para a virada do jogo e a colocação do país, ainda que com razoável defasagem temporal, em fase com a terceira revolução industrial, reinante no mundo desde o princípio do decênio de 1980.

No entanto, a aposta cega no caráter infinito do financiamento externo, bancado pela conquista do grau de investimento e o ciclo das commodities, fez as autoridades de plantão desprezarem a necessidade de promoção de expressivos ajustes de procedimentos, diante do default internacional de 2008-2009, derivado da quebra do mercado subprime nos Estados Unidos (EUA).

Ao contrário, a priorização do consumo público e privado, em detrimento do investimento, bancado com crédito subsidiado, renúncias tributárias e controle da taxa de câmbio e dos reajustes dos preços dos combustíveis e das tarifas públicas, em paralelo ao aparelhamento partidário da gestão das empresas estatais, conduziu à recessão, liderada pelo quase desaparecimento do setor industrial e pela perda de mercados externos, e impulsão do desequilíbrio estrutural das finanças públicas e do desemprego e deterioração dos indicadores sociais.

É essa situação caótica que os economistas têm que ajudar a sociedade brasileira a derrubar, em um ambiente de incertezas políticas e institucionais, caracterizado pelos sucessivos sinais de irresponsabilidade e descaso, emitidos pelas elites encasteladas nos três poderes da república, evidenciados pelo verdadeiro acinte contido na proposição de correção de 16,4% nos valores dos salários dos magistrados, em 2019, que deverá custar mais de R\$ 4 bilhões aos cofres da união e estados.

Sem considerar a contabilização da pior safra de postulantes ao cargo de mandatário da nação já identificada desde a redemocratização, desprovidos de compromissos atrelados aos anseios e interesses da esmagadora da população e, o que é pior, distantes do “olho do furacão” e alheios ao centro dos problemas que carecem de solução.

A restauração da capacidade de crescimento de médio e longo prazo do país impõe a formulação e negociação coletiva de uma agenda programática de transformação que privilegie o tripé constituído por educação, produtividade e inovação.

A convicção dos economistas é que os requisitos à restauração da capacidade de crescimento de médio e longo prazo do país, com retorno da geração de empregos de qualidade e inclusão social, passam, inevitavelmente, pela recuperação da saúde macro e microeconômica nacional o que, de seu turno, exigirá a formulação e negociação coletiva de uma agenda programática de transformação que privilegie o tripé constituído por educação, produtividade e inovação.

Para tanto, será crucial a efetivação de algumas modificações estruturais que, ao forçarem os governos a caberem dentro dos orçamentos, oportunizem espaço para a ampliação das escalas técnicas e a minimização de custos da órbita produtiva, ladeada por substanciais inversões em pesquisa e desenvolvimento.

Mais especificamente, afigura-se indispensável a adoção de um arcabouço tributário que reduza os impostos indiretos e, por extensão, o fardo incidente sobre a população mais pobre, de um novo pacto federativo que redefina receitas e atribuições entre união, estados e municípios, e adequações nas regras previdenciárias ao fechamento da janela demográfica, com a evolução da população em idade ativa em ritmo inferior ao total.

É igualmente relevante o aprofundamento das privatizações dos ramos de infraestrutura, com a instituição de marcos regulatórios estáveis e transparentes, e a ampliação da concorrência entre os bancos, na perspectiva de obtenção de substancial declínio dos juros cobrados nas operações de crédito destinadas ao consumo, giro dos negócios e investimentos.

Por fim, porém não menos importante, ressaltam mutações no judiciário, que consome quase 2,0% do produto interno bruto (PIB), no Brasil, contra 0,2%, nos EUA, e nas regras políticas que venham engendrar a supressão do festival de venda e aluguel de siglas partidárias, de distintas dimensões, e do financiamento público das campanhas, e a fixação do voto distrital misto.

O PIB DO 2º TRIMESTRE E O RETRATO DA ESTAGNAÇÃO ECONÔMICA

Gilmar Mendes Lourenço

Os números relativos ao desempenho da economia brasileira no segundo trimestre de 2018, disponibilizados pelo Sistema de Contas Nacionais Trimestrais (SCNT), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), revelam, por meio de uma observação bastante otimista, o retrato da recuperação de negócios extremamente vagarosa, depois da mais longa e profunda recessão da história da nação, marcada pelo encolhimento acumulado de 8,5% do produto interno bruto (PIB) entre abril de 2014 e março de 2017.

O produto interno bruto (PIB) da nação cresceu 0,2% entre abril e junho de 2018, em relação os três meses imediatamente antecedentes, sento a sexta alta depois de oito quedas seguidas. O desempenho foi puxado por serviços (0,3%), pois a indústria encolheu 0,6% e a agropecuária apresentou crescimento zero. Pela ótica final, o consumo do governo e os gastos das famílias acusaram incremento de 0,5% e 0,1%, respectivamente, e as exportações, importações e formação bruta de capital fixo declinaram 5,5%, 2,1% e 1,8%, respectivamente.

Já, a taxa de investimento situou-se em 16,0% do PIB, a mesma dimensão constatada no primeiro trimestre de 2018 e superior à apurada no segundo trimestre de 2017 (15,3% do PIB), que revela tímida reação das inversões em ampliação e modernização da capacidade produtiva.

Daí que as interpretações carregadas de maior conteúdo crítico permitem supor, na sequência da superação do ciclo contracionista, a ocorrência de uma espécie de mergulho em uma fase de estagnação dos níveis de atividade, reforçado pela combinação de fatores adversos produzidos fora e dentro das fronteiras geográficas do país, que constituem os grandes entraves a uma vigorosa retomada expansiva.

Pelo ângulo das influências externas emerge os riscos de desaceleração do ritmo de variação da economia mundial, provocados pela conjugação entre elevação dos juros, por conta de generalizados repiques inflacionários, e os impactos das incursões protecionistas praticadas pelo governo de Donald Trump, atingindo notadamente as importações americanas procedentes do mercado chinês.

Acoplada a essa perspectiva, no plano doméstico, o limitado fôlego do aparelho de transações pode ser imputado a quatro componentes principais. O primeiro deles compreende a atitude exageradamente cautelosa do Comitê de Política Monetária (Copom), do Banco Central (BC), ao optar pela interrupção, na reunião de 16 de maio de 2018, da trajetória de doze cortes consecutivos da taxa de juros primária, conhecida como Selic, que desceu de 14,25% ao ano, em outubro de 2016, para 6,5% a.a., em março de 2018.

Não bastasse a interferência da mensagem confusa transmitida pela autoridade monetária aos mercados, sinalizando provável diminuição da Selic para 6,25% a.a., no mencionado encontro de 2018, a imediata formação de cenários de impulsão do custo do crédito para giro e, sobretudo, investimentos, incitou o engavetamento de planos empresariais de ampliação da capacidade de produção.

O segundo elemento interno determinante da compressão da retomada repousou nos desdobramentos da paralisação do transporte rodoviário de cargas, verificada na última semana de maio, que, além de ocasionar desabastecimento de inúmeros itens de consumo essencial, sobretudo alimentos e remédios, e insumos necessários à manutenção das linhas de produção, resultou em apreciável barriga inflacionária.

Tanto é assim que o índice nacional de preços ao consumidor amplo (IPCA), medido pelo IBGE para uma cesta de produtos utilizados por famílias com renda mensal entre um quarenta salários mínimos, subiu de 2,8% para 4,5% entre os doze meses encerrados em abril e julho de 2018, com reduzidas chances de regressão aos patamares anteriores, em curto prazo.

Uma terceira causa endógena da debilidade econômica e do delineamento de prognósticos de perenidade da situação desconfortável reside na multiplicação das apreensões quanto aos rumos do evento eleitoral, particularmente no tocante às incertezas relacionadas às plataformas econômicas, em decorrência das manifestações vagas e/ou fantasiosas dos postulantes com efetivas chances de vitória no pleito presidencial.

O medo de contrariar os eleitores parece explicar a ausência de reconhecimento, por parte dos candidatos, acerca dos dias difíceis a serem enfrentados a partir de 2019.

Em outras palavras, o medo de contrariar os anseios da população votante e o desejo de penetração junto às massas das distintas correntes ideológicas parece justificar a ausência de reconhecimento, por parte dos candidatos, acerca dos dias difíceis a serem enfrentados pela população, a partir de 2019.

Igualmente não há explicitação consistente de teses e compromissos com a dimensão e urgência das reformas estruturais ou a definição de propostas factíveis a respeito de como realizá-las. Em lugar disso, proliferam ideias descoladas da severidade do quadro atual e subavaliações das amarras impostas pelo déficit e endividamento público - os maiores em relação ao PIB, entre os países do G20 - e a vagarosa recuperação econômica.

Só a título de ilustração, com respeito ao déficit primário, Ciro Gomes (PDT) e Geraldo Alckmin (PSDB) anunciaram a zeragem em dois anos, e Jair Bolsonaro (PSL), em um ano. Quanto às despesas públicas com educação, Lula (PT), Marina Silva (Rede) e Ciro preconizam a despropositada elevação do nível de 6,0% do PIB, atual, para 10,0% do PIB, em 2024. Bolsonaro também defende um festival de privatizações e a aplicação do regime de capitalização no sistema previdenciário.

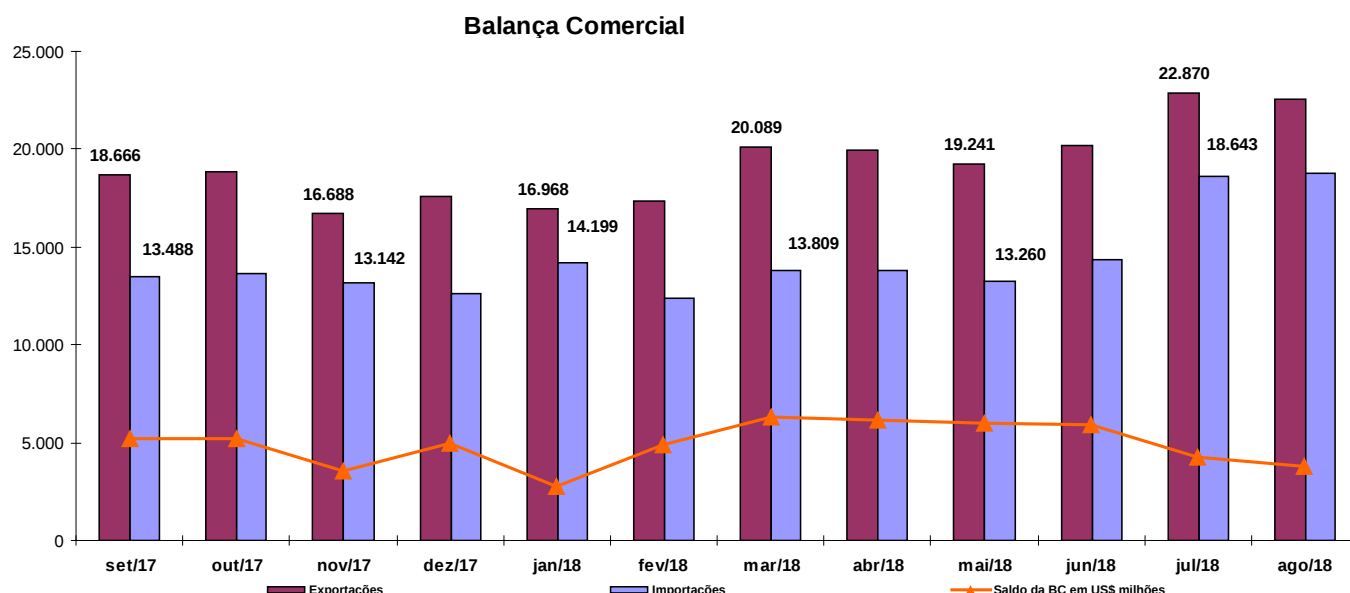
A quarta raiz local da estagnação, fruto do acirramento das tensões associadas à natureza turva das opções de orientação macroeconômica, subjacente ao clima político, constitui a intensificação de movimentos especulativos em direção as carteiras de risco e, por extensão, depreciação do real e majoração das despesas financeiras das corporações detentoras de volume de ativos inferiores aos passivos em moeda estrangeira.

Isso é particularmente mais grave quando se considera a persistência de elevados níveis de endividamento e inadimplência das famílias, em um ambiente de funcionamento precário do mercado de trabalho. Conforme a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) Contínua, do IBGE, a taxa de subutilização da mão de obra – que agrega pessoas que estão desempregadas a procura de trabalho, subocupadas e que desistiram de procurar ocupação – chegou a 24,5% da população economicamente ativa (PEA), no trimestre maio-julho de 2018, o que corresponde a 27,6 milhões de brasileiros à margem do mercado de consumo.

Não por acidente, as previsões de expansão do PIB brasileiro para 2018, feitas por analistas das mais de cem instituições financeiras consultadas por pesquisa semanal do BC, recuaram de quase 3,0%, no começo do ano, para 1,4%, no começo de setembro de 2018.

Comércio Internacional.**Balança Comercial Mensal (Agosto/2018) – MDIC****Fato**

No mês agosto de 2018, a *Balança Comercial* fechou com *superávit* de US\$ 3,78 bilhões, resultado de *exportações* de US\$ 22,55 bilhões e *importações* de US\$ 18,78 bilhões. A *corrente do comércio* atingiu US\$ 41,33 bilhões, no mês e US\$ 280,21 bilhões, no ano. O *superávit comercial* acumulado no ano é de US\$ 37,81 bilhões.



Fonte: MDIC

Causa

Utilizando o critério da média diária, com relação ao mês anterior, as *exportações* apresentaram recuo de 5,7%, e as *importações* de 3,7%. Pelo mesmo critério, na comparação com agosto de 2017, houve avanço de 15,8% nas *exportações* e de 35,3% nas *importações*.

No acumulado no ano, às *exportações* aumentaram 8,3% sobre igual período de 2017 e as *importações*, avançaram 23,1%. A *corrente do comércio* cresceu 14,3%.

Em agosto de 2018, na comparação com igual mês do ano anterior, as *exportações* de produtos *manufaturados* avançaram 35,1% e a de *básicos* 16,4%. Por outro lado ocorreu queda na venda de *semimanufaturados*, 24,2%. Em termos de países, os cinco principais compradores foram: China, Estados Unidos, Argentina, Panamá e Países Baixos. Pelo lado das *importações*, houve elevação de 158,2% nos *bens de capital*, 55,4% em *combustíveis e lubrificantes*, 16,2% em *bens intermediários* e 13,7% em *bens de consumo*. Os cinco principais fornecedores para o Brasil foram: China, Estados Unidos, Argentina, Alemanha e México.

Na comparação dos valores acumulados no ano, frente a igual período do ano anterior, houve aumento de 11,2%, nas *exportações* de produtos *básicos* e 10,5% nos *manufaturados*. As *exportações* de *semimanufaturados* caíram 4,5%. Pelo lado das *importações*, ocorreu elevação de 94,5% nas compras de *bens de capital*, 25,4%, nos *combustíveis e lubrificantes*, 16,5%, nos *bens de consumo* e 12,7% nos *bens intermediários*.

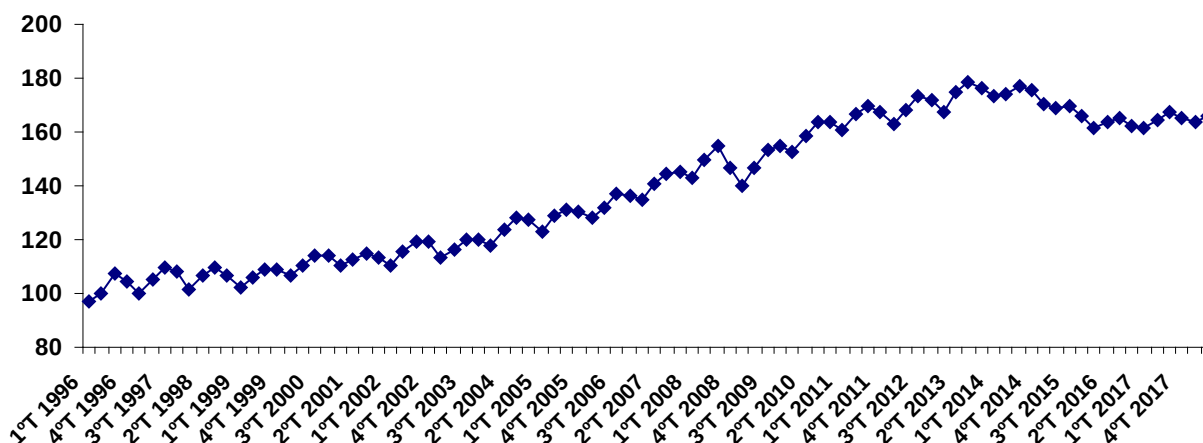
Consequências

O *saldo comercial* tem diminuído em decorrência de crescimento mais expressivo nas *importações* do que nas *exportações*. Destaque no mês foi a *importação* de *plataforma para extração de petróleo*.

Atividade**PIB – Indicadores de Volume e Valores Correntes (2º Trimestre 2018) - IBGE.****Fato**

O *Produto Interno Bruto - PIB a preços de mercado* cresceu 0,2% no segundo trimestre de 2018, frente ao primeiro trimestre, chegando a R\$ 1,70 trilhão. Com relação ao segundo trimestre de 2017, houve avanço de 1,0%, no acumulado dos últimos quatro trimestres, frente aos quatro trimestres imediatamente anteriores o crescimento foi de 1,4% e no acumulado em 2018, frente ao acumulado no mesmo período de 2017 a variação foi de 1,1%.

PIB pm - Volume Trim. (1995=100)



Fonte: IBGE - Série encadeada do índice de volume trimestral (Base: média 1995 = 100) Série encadeada do índice de volume trimestral (Base: média 1995 = 100) (Número-índice)

Causa

Dentre os componentes da *oferta*, no segundo trimestre, frente ao trimestre imediatamente anterior, a *Agropecuária* registrou variação nula. Os *Serviços* avançaram 0,3% e a *Indústria* variou negativamente 0,6%. Pelo lado da *demanda*, o *Consumo das Famílias*, cresceu 0,1% e a *Despesa de Consumo do Governo*, 0,5%. Por outro lado a *Formação Bruta de Capital Fixo* caiu 1,8%. No *setor externo* as *Exportações de Bens e Serviços* tiveram recuo de 5,5% e as *Importações* 2,1%.

No confronto com o segundo trimestre de 2017, a *Agropecuária* caiu 0,4%. A *Indústria* avançou 1,2%, influenciada de forma positiva pela *Indústria de Transformação*, com destaque para *veículos, equipamentos de informática, derivados de petróleo, bebidas, metalurgia, máquinas e equipamentos e móveis*. A *Construção* segue com resultados negativos, 1,1%. O setor de *Serviços* também cresceu 1,2%, no qual tiveram maior evidência as *atividades imobiliárias*.

Pelo lado da *demanda*, também na comparação com o mesmo trimestre do ano anterior, a *Despesa de Consumo das Famílias* cresceu 1,7%, quinto trimestre seguido de crescimento nesta comparação. A *Formação Bruta de Capital* teve avanço de 3,7%, terceiro resultado positivo após quatorze taxas negativas consecutivas. A *Despesa de Consumo da Administração Pública* registrou avanço de 0,1%. Pela *demanda externa*, as *Exportações de Bens e Serviços* registraram recuo de 2,9%, e as *Importações* expansão de 6,8%.

A *taxa de investimento* foi de 16,0%, frente a 15,3% no segundo trimestre de 2017 e a *taxa de poupança* revê avanço 0,7 p.p., fechando em 16,4%.

Consequências

O resultado do **PIB** do segundo trimestre reflete a fraca recuperação da atividade econômica, somada à *greve do setor de transportes*, devendo, o resultado do ano, apresentar *expansão* próxima a 1,5%.

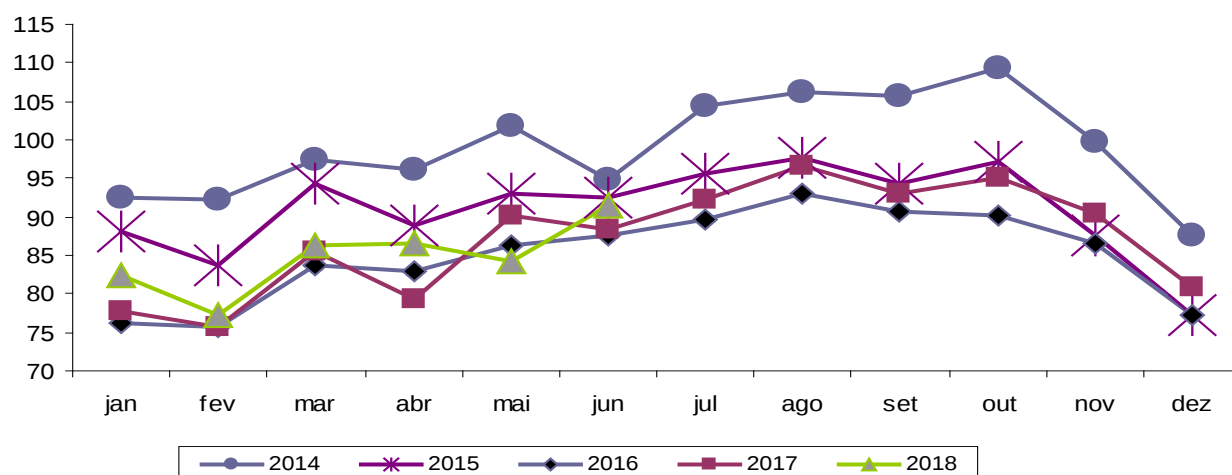
Atividade

Pesquisa Industrial Mensal Produção Física – Brasil (Junho/2018)

Fato

Em junho, a *Produção Industrial* apresentou crescimento de 13,1% frente a maio, eliminando a queda de 11,0% ocorrida no mês anterior. Na comparação com junho de 2017 ocorreu crescimento de 3,5%, após recuar 6,6% no mês anterior. Considerando o acumulado em doze meses, o crescimento foi de 3,2% e no acumulado no ano de 2,3%.

Produção Industrial BRASIL



Fonte: IBGE

Causa

Frente ao mês imediatamente anterior, considerando a classificação por *categorias de uso*, o avanço mais intenso foi na produção de *bens de consumo durável*, 34,4%, revertendo a perda de 26,1% observada em maio. Também tiveram crescimento os setores de *bens de capital*, 25,6%, *bens de consumo semi e não-duráveis*, 15,7% e *bens intermediários*, 7,4%, sendo que todos os setores registraram os resultados positivos mais elevados desde o início de suas séries históricas.

Na comparação com junho de 2017, os *bens de consumo duráveis* apresentaram a expansão mais elevada, 16,0%, seguido do segmento de *bens de capital* 9,5%. Os segmentos de *bens de consumo semi e não duráveis* e *bens intermediários* também tiveram aumento, 3,2% e 1,8%, respectivamente, porém com menor intensidade do que a *média nacional*.

No acumulado do ano o maior dinamismo foi no setor de *bens de consumo duráveis*, com crescimento de 14,3%, pressionado pelo aumento na fabricação de *automóveis e eletrodomésticos da linha marrom*. Os de *bens de capital* cresceram 9,5% principalmente em decorrência da maior produção de *bens de capital para equipamentos de transporte*. Os *bens intermediários* cresceram 0,9% e os *bens de consumo semi e não duráveis* 0,7%.

Consequência

A produção industrial apresentou forte avanço no mês espelhando a baixa base de comparação de maio, que foi influenciada pela greve no setor de transportes. Para o restante do ano a expectativa é de continuidade na lenta trajetória de recuperação.

Atividade

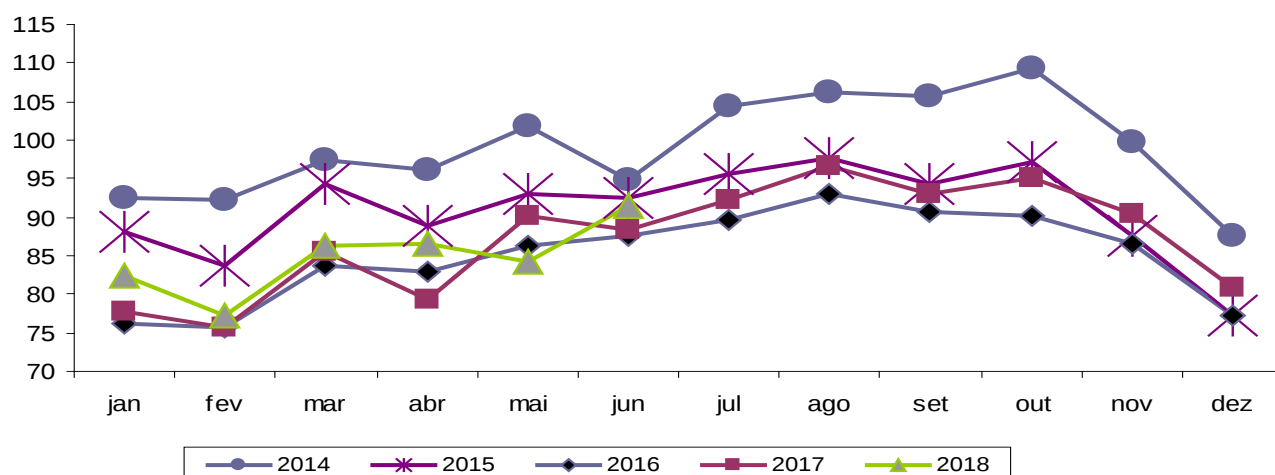
Pesquisa Industrial - Regional – Brasil (Junho/2018) - IBGE

Fato

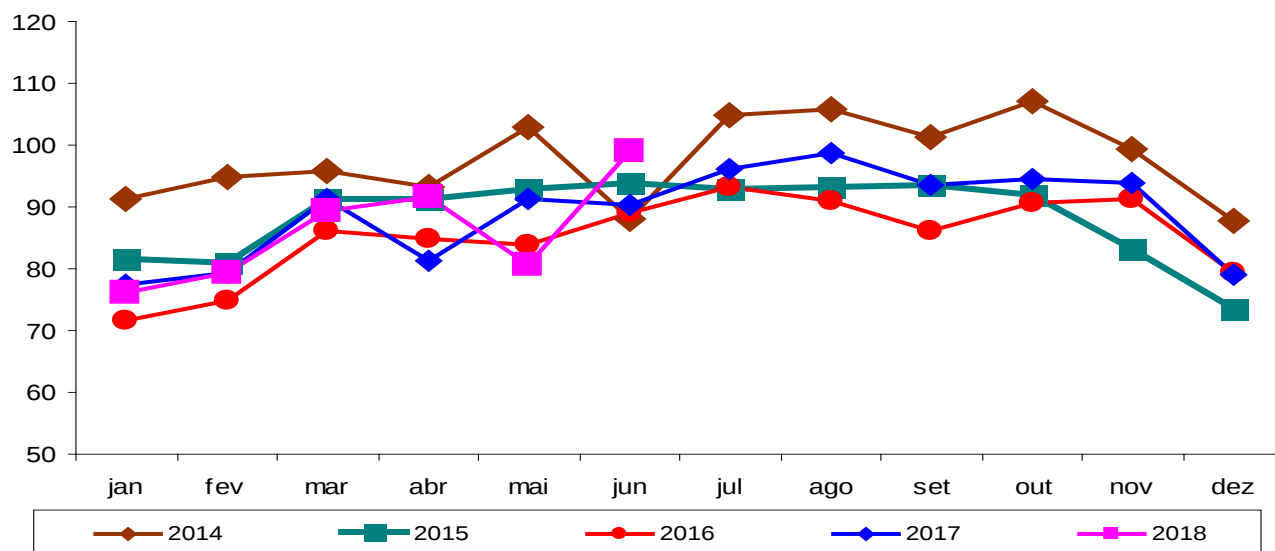
Em junho, frente a maio, a *Produção Industrial* avançou em treze dos quinze locais pesquisados. Na comparação com junho de 2017 foi registrado avanço em onze dos quinze locais e no acumulado nos primeiros seis meses do ano o crescimento ocorreu em dez locais.

No **Paraná**, houve expansão de 28,4% frente ao mês anterior, após recuar 18,4% em maio. No confronto com igual mês do ano anterior houve crescimento de 9,7%. No acumulado em seis meses houve crescimento de 1,0%, frente a igual período do ano anterior e no acumulado em doze meses ocorreu expansão de 2,8%.

Produção Industrial BRASIL



Produção Industrial PARANÁ



Fonte: IBGE - Índice de base fixa mensal sem ajuste sazonal (Base: média de 2002 = 100)

Causa

Na passagem de maio para junho, os maiores avanços foram registrados no **Paraná**, Mato Grosso, Goiás, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, São Paulo e Pernambuco. As áreas que tiveram queda na produção foram: Espírito Santo e Amazonas.

Na comparação com igual mês do ano anterior, os maiores avanços ocorreram no Pará, Pernambuco, **Paraná** e Bahia. Por outro lado os locais que tiveram queda foram Espírito Santo, Ceará, Goiás e Mato Grosso.

No Estado do **Paraná**, comparativamente a junho de 2017, doze das treze atividades pesquisadas apresentaram variações positivas, com destaque para *veículos automotores, reboques e carrocerias e bebidas, coque, produtos derivados do petróleo e biocombustíveis e celulose, papel e produtos de papel*. A única queda ocorreu em *produtos alimentícios*.

No Estado, nos primeiros seis meses do ano, houve avanço em oito dos treze setores. Os destaques positivos foram: *veículos automotores, reboques e carrocerias e bebidas, coque, produtos derivados do petróleo e biocombustíveis e celulose, papel e produtos de papel*. Por outro lado *produtos alimentícios e máquinas e equipamentos*, registraram o maior recuo.

Consequência

De maneira semelhante ao que aconteceu em âmbito nacional, a produção paranaense apresentou forte recuperação frente ao mês anterior, decorrente do baixo patamar de comparação de maio, causado pela *greve do setor de transportes* ocorrida naquele mês.

Atividade

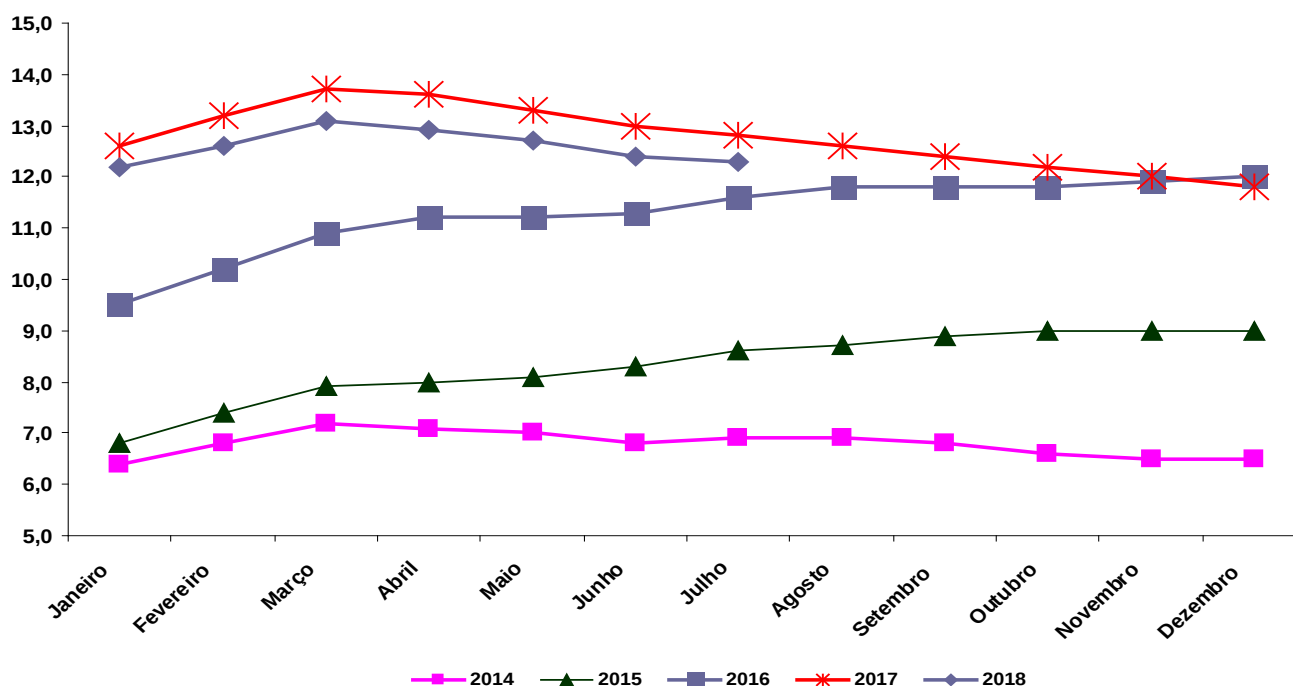
PNAD Contínua – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (Trimestre --mai-jun-jul de 2018) – IBGE

Fato

A **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio** apontou, para o trimestre encerrado em julho, taxa de desocupação de 12,3%, com queda de 0,6 p.p. frente ao trimestre encerrado em abril e de 0,5 p.p. na comparação com o mesmo trimestre do ano anterior. O rendimento médio real habitualmente recebido foi de R\$ 2.205 com estabilidade frente ao trimestre encerrado e na comparação com o mesmo trimestre do ano anterior.

Causa

No trimestre havia 12,9 milhões de pessoas desocupadas, caindo 4,1% frente ao trimestre imediatamente anterior e 3,4% na comparação com o mesmo trimestre do ano anterior. O número de pessoas ocupadas foi estimado em 91,7 milhões, crescendo 1,0% frente ao trimestre encerrado em abril e apresentando alta de 1,1% na comparação com o trimestre encerrado em julho de 2017.



Consequência

Embora apresentando recuo, o *desemprego* segue elevado, reflexo do desaquecimento da atividade econômica. A expectativa para os próximos meses é de continuidade na redução desta taxa, porém sem variações intensas.

Atividade

Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (Julho/2018) – IBGE

Fato

Em julho, segundo o **Levantamento Sistemático da Produção Agrícola – LSPA**, a safra de 2018 foi estimada em 226,8 milhões de toneladas, 0,5% menor do que o estimado em junho e 5,7% abaixo da safra realizada no ano passado.

Causa

As culturas: *arroz, milho, e soja*, respondem por 87% da *área plantada* e 93,0% do total produzido. Com relação à área plantada houve expansão de 2,5% para a *soja* e reduções de 7,1% para o *milho* e 5,4% para o *arroz*. Na *produção* foram registrados avanços de 1,2% para a *soja* e quedas de 16,7% para o *milho* e de 7,3% para o *arroz*.

Na comparação com a produção de 2017, quinze dos vinte e seis produtos selecionados tiveram variação positiva em relação à safra do ano anterior: *algodão herbáceo em caroço, amendoim em casca 1ª e 2ª safras, aveia em grão, cacau em amêndoa, café em grão – arábica, café em grão – canephora, cana-de-açúcar, cevada em grão, feijão em grão 1ª safra, mamona em baga, soja em grão, sorgo em grão, trigo em grão e triticale em grão*. Por outro lado, *arroz em casca, batata-inglesa 1ª, 2ª e 3ª safras, cebola, feijão em grão 2ª e 3ª safras, laranja, mandioca, e milho em grão 1ª e 2ª safras* deverão apresentar recuo.

Regionalmente, a expectativa da produção total ficou dividida da seguinte forma: Centro-Oeste, 44,4%, Sul, 32,8%, Sudeste, 10,0%, Nordeste, 9,0% e Norte, 3,8%. Nessa avaliação o Mato Grosso liderou como maior produtor nacional de grãos, com participação de 26,5%, seguido pelo Paraná, 15,8% e Rio Grande do Sul, 14,3%, somados estes três Estados, representam 56,6% do total nacional previsto.

Consequência

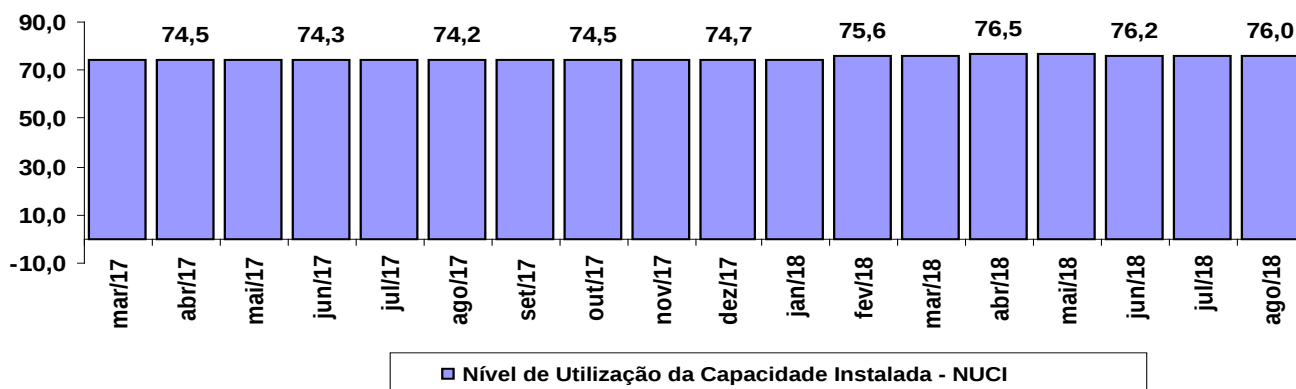
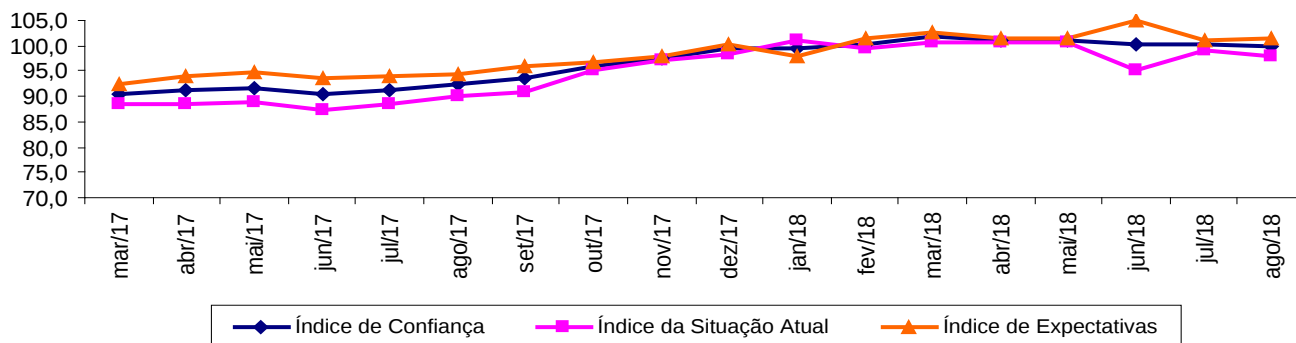
A safra de 2018 demonstra produção bastante inferior ao recorde de 2017, estando esta expectativa condicionada ao regime de chuvas e ao clima nas principais regiões produtoras do país.

Atividade

Sondagem da Indústria (Agosto/2018) – FGV

Fato

Na passagem de julho para agosto, o *Índice de Confiança da Indústria*, recuou 0,4 ponto, passando de 100,1 para 99,7 pontos, o menor desde janeiro deste ano. Com relação ao mês anterior o *Índice da Situação Atual* caiu 1,1 pontos, para 97,9 pontos. O *Índice de Expectativas* registrou elevação de 0,3 ponto, atingindo 101,4 pontos. A *utilização da capacidade instalada* registrou avanço de 0,3 p.p. ao passar de 75,7% para 76,0%.



Fonte: FGV

Causa

Na queda do índice referente à *situação atual* – *ISA* destacou-se a percepção relativa ao *nível de estoques*, com avanço de 1,7 pontos no percentual que a avaliam como *excessivo* e aumento menor, de 0,5 ponto na parcela que o julgam *insuficiente*. No que tange ao *Índice das Expectativas* - *IE*, a elevação foi influenciada principalmente pela melhora no indicador de *evolução do pessoal ocupado* nos três meses seguintes, com queda mais expressiva nas que *prevêem redução*, 2,4 pontos, do que nas que acreditam em *aumento*, 0,3 pontos.

Consequências

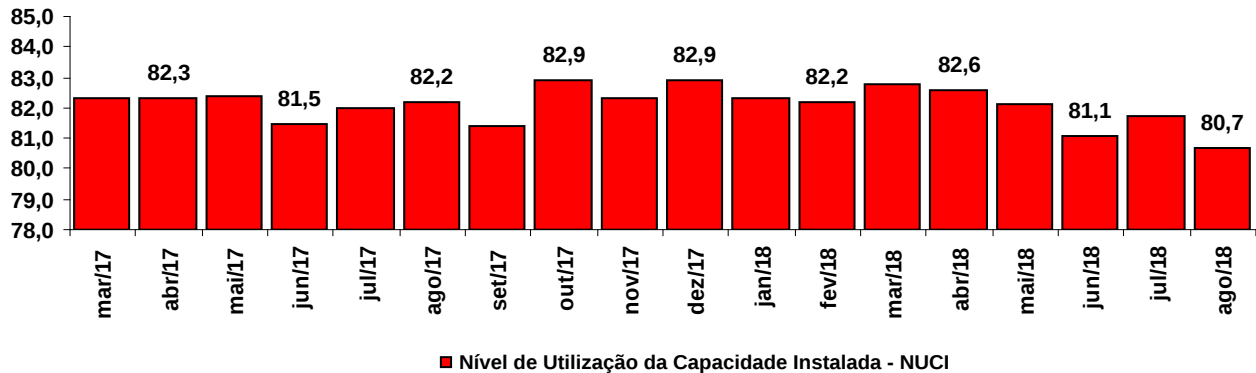
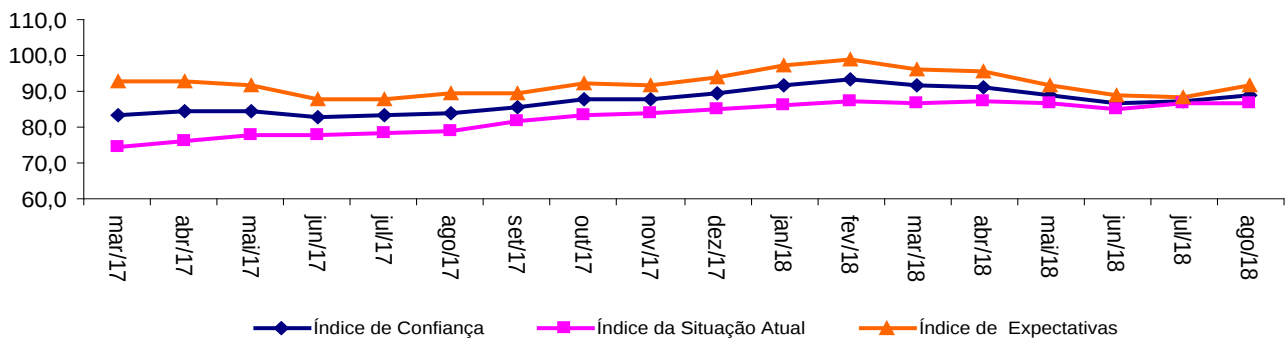
As incertezas tanto no ambiente interno, como no externo, fazem com que o setor industrial siga em compasso de espera. Para os próximos períodos não são esperadas variações significativas, nem para cima, nem para baixo.

Atividade

Sondagem de Serviços (Agosto/2018) – FGV

Fato

O *Índice de Confiança de Serviços* - *ICS* avançou 1,5 pontos entre julho e agosto, passando de 87,5 para 89,0 pontos, maior nível desde abril deste ano. O *Índice da Situação Atual* – *ISA* permaneceu estável em 86,7 pontos. O *Índice de Expectativas* - *IE* avançou 2,9 pontos atingindo 91,5 pontos. O *Nível de Utilização da Capacidade Instalada* caiu 1,0 p.p. para 80,7%, o menor nível da série histórica.



Fonte: FGV

Causa

No *ISA*, o indicador que avalia o *volume de demanda atual* exerceu a maior influência positiva, com alta de 0,9 ponto, por outro lado ocorreu queda de 0,9 ponto no indicador que mede a *situação atual dos negócios*. No *IE* a contribuição mais relevante para o aumento veio da *demand prevista para os próximos três meses*, que avançou 3,5 pontos para 91,4 pontos.

Consequência

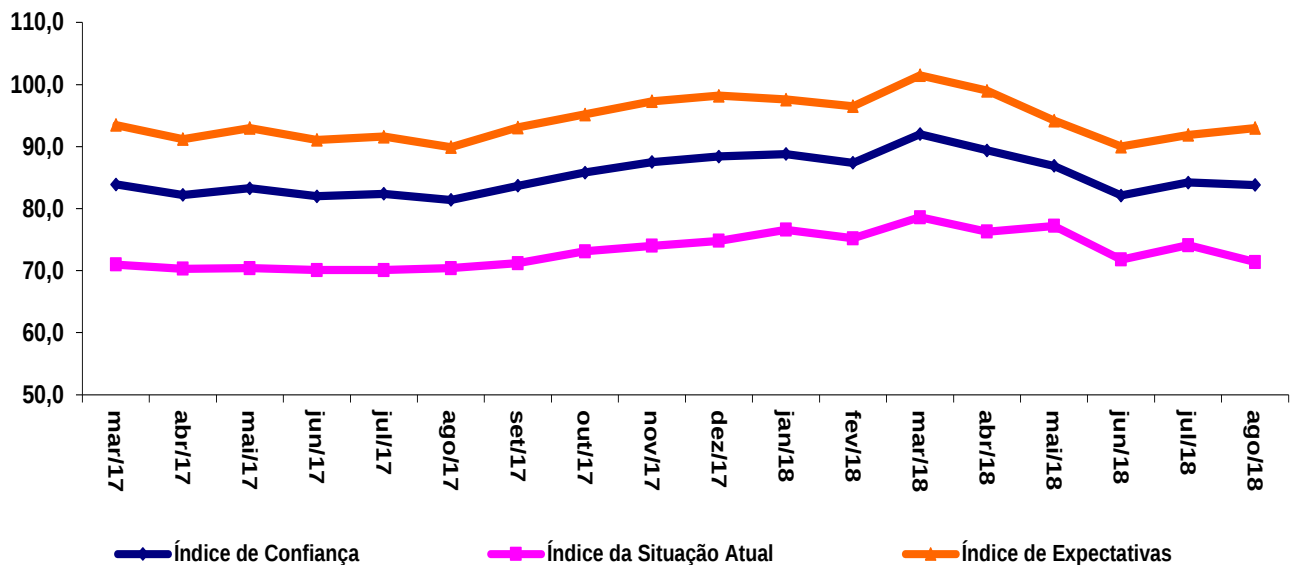
Principalmente os índices de expectativas continuam apontando recuperação. Para os próximos períodos é esperada continuidade na recuperação, porém sem variações muito intensas.

Atividade

ICC – Índice de Confiança do Consumidor (Agosto/2018) – FGV

Fato

Entre os meses de julho e agosto, o *ICC* apresentou recuo de 0,4 ponto, passando de 84,2 para 83,8 pontos. O índice da *Situação Atual* caiu 2,7 pontos, ao passar de 84,2 para 83,8 pontos, o *Índice das Expectativas* avançou 1,1 ponto, variando de 91,9 para 93 pontos, o segundo aumento consecutivo deste indicador.



Fonte: FGV

Causa

Com referência a *situação presente*, o indicador que mede a *satisfação com a situação financeira atual das famílias* foi o que mais contribuiu para queda ao recuar 5,9 pontos, atingindo 64,8 pontos, o menor patamar desde agosto de 2017. Nas expectativas, o indicador que mede a *situação financeira das famílias* melhorou pelo segundo mês consecutivo, subindo 3,2 pontos para 95,4 pontos, o maior desde abril.

Consequência

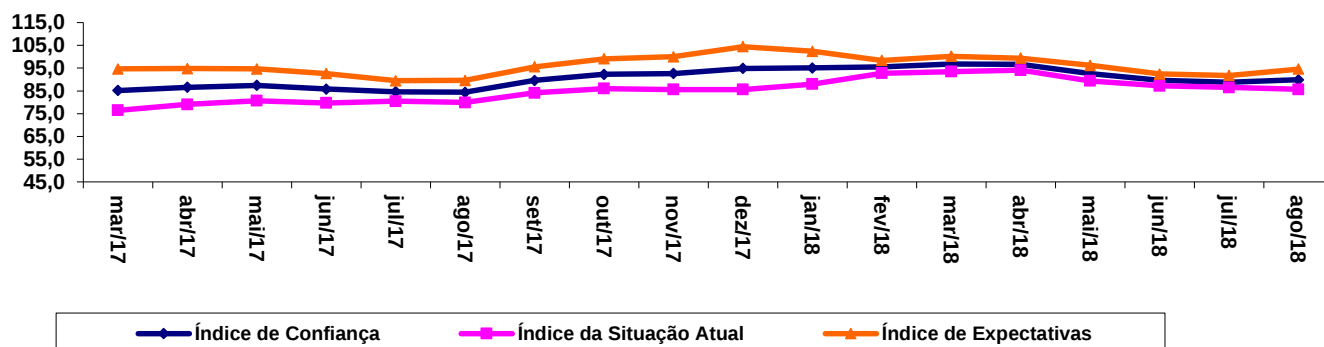
No mês de agosto o índice que mede a *satisfação com o momento presente*, apresentou recuo e o das *expectativas* avanço, refletindo elevado nível de incerteza frente à recuperação econômica.

Atividade

ICom - Sondagem do Comércio (Agosto/2018) – FGV

Fato

O *Índice de Confiança do Comércio - ICom* cresceu 1,1 ponto na comparação entre julho e agosto, passando de 88,8 para 89,9 pontos. Nesta comparação, o *Índice a Situação Atual – ISA* teve queda de 0,8 ponto atingindo 85,7 pontos. O *Índice de Expectativas - IE* cresceu 2,8 pontos, atingindo 94,6 pontos.



Fonte: FGV Trimestre

Causa

O *ICOM* apresentou aumento após quatro apurações seguidas de queda. No *ICOM – ISA* houve recuo de 0,4 ponto na percepção com relação ao *volume de demanda* e o indicador da *situação atual dos negócios* teve queda de 1,2 ponto. Nas expectativas, o indicador de *vendas previstas* avançou 2,3 pontos e o indicador de *tendência dos negócios para os próximos seis meses* subiu 3,2 pontos.

Consequência

Apesar da recuperação no mês, o índice ainda está em patamar baixo e este provável início de retomada ainda é cercado de incertezas, ficando a mercê da reação no *mercado de trabalho*.

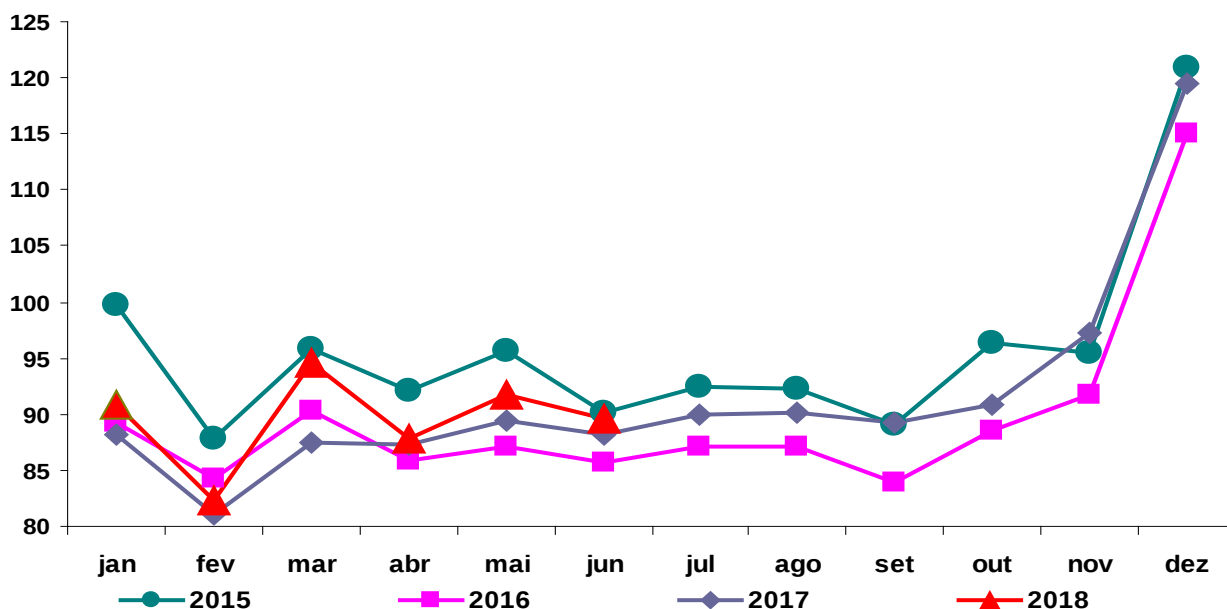
Atividade

Pesquisa Mensal do Comércio (Junho/2018) – IBGE

Fato

No mês de junho, o *volume de vendas do comércio varejista*, com *ajuste sazonal*, caiu 0,3% em relação a maio. Nesta análise a *receita nominal* avançou 0,6%. Nas demais comparações, sem ajustamento, houve avanço no *volume de vendas* de 1,5% sobre junho de 2017, de 2,9% no acumulado do ano e de 3,6% no acumulado dos últimos doze meses. A *receita nominal* obteve taxas de 5,4% com relação à igual mês de 2017, 4,1% no acumulado no ano e 3,4% no acumulado em doze meses.

No *comércio varejista ampliado*, as variações para o *volume de vendas* foram: 2,5% no mês, 3,7% frente ao mesmo mês do ano anterior, 5,8% no acumulado em 2018 e 6,7% no acumulado em doze meses. Para a *receita nominal*, houve avanço de 3,4% frente a maio, 6,7% frente a junho de 2017, 6,6% no acumulado do ano e 6,1% no acumulado em doze meses.



Fonte: IBGE

Índice de volume de vendas no comércio varejista (Número índice) Índice base fixa (2003=100)

Causa

No confronto com junho de 2017, quatro das oito atividades tiveram variação positiva, por ordem de maior contribuição na formação da taxa global, os resultados foram os seguintes: *Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo*, 4,1%, *Outros artigos de uso pessoal e doméstico*, 8,7%, *Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos*, 4,0% e *Móveis e eletrodomésticos*, 0,7%. Por outro lado apresentaram queda: *Combustíveis e lubrificantes* 11,6%, *Tecidos, vestuário e calçados*, 3,4%, *Livros, jornais, revistas e papelaria*, 11,5% e *Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação*, 1,4%. Considerando o comércio varejista ampliado, *Veículos, motos, partes e peças* cresceu 10,3% e *Material de Construção* 5,2%.

Consequência

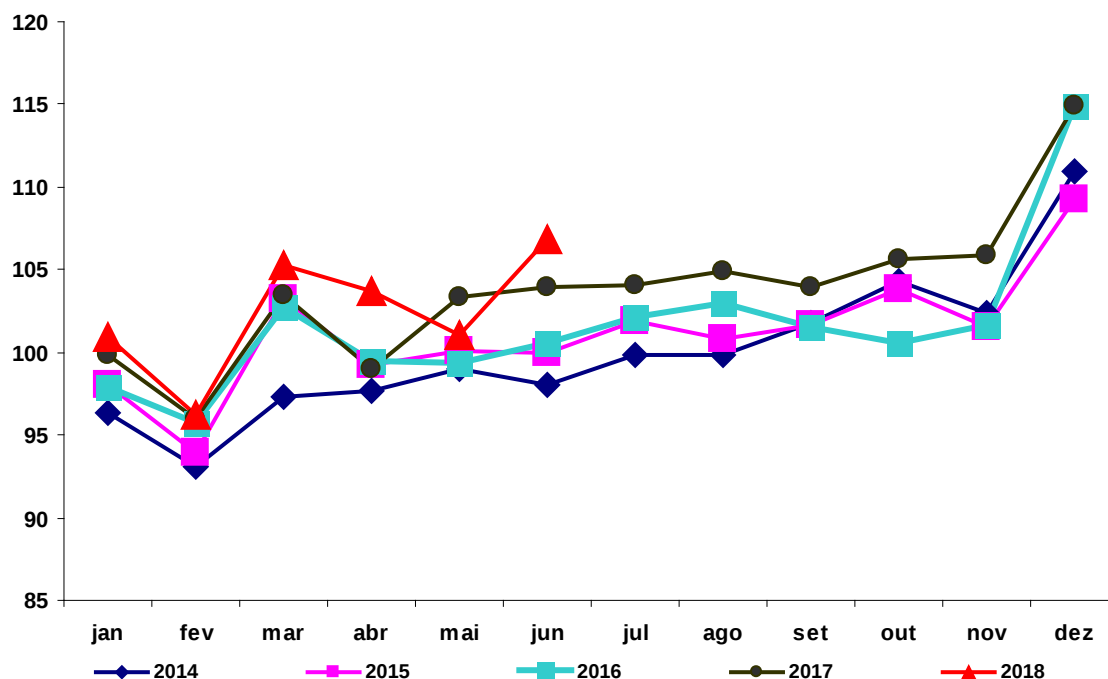
Apesar da recuperação nas comparações interanuais e nos valores acumulados, o desempenho do *comércio varejista* ainda está em patamar baixo, sendo condicionado pelo *desaquecimento da atividade econômica*. O recuo também sofre os efeitos do menor ritmo do *crescimento do crédito* e do *comprometimento da renda das famílias*. Para o restante do ano, é esperada continuidade na recuperação, porém sem grande intensidade.

Atividade

Pesquisa Mensal de Serviços (Junho/2018) – IBGE

Fato

No mês de junho frente a maio, o *volume de vendas do setor de serviços* cresceu 6,6%, recuperando a queda de 5,0% registrada em maio, e a *receita nominal dos serviços* avançou 6,4%. Frente a igual mês do ano anterior o crescimento no *volume de vendas* foi de 0,9% e da *receita nominal* 2,9%. No acumulado do ano o *volume de serviços* caiu 0,9%, e no acumulado em doze meses, o recuo foi de 1,2%. A *receita nominal* cresceu 1,4% no ano e 2,4% em doze meses.



Fonte: IBGE

Índices de volume e de receita nominal de vendas no comércio varejista por tipos de índice (2003 = 100)

Causa

No confronto com junho de 2017, foram observados crescimentos em três das cinco atividades: *Transportes*, *Serviços Auxiliares dos Transportes e Correio*, 4,4%, *Serviços de Informação e Comunicação*, 1,4% e *Outros Serviços* 3,4%. As quedas ocorreram em *Serviços Profissionais, Administrativos e Complementares*, 3,5% e *Serviços Prestados às Famílias* 4,0%. O agregado especial das *Atividades Turísticas* apresentou crescimento de 2,0%, sendo a terceira taxa positiva nesta comparação, após quatorze taxas negativas e uma estável.

Consequência

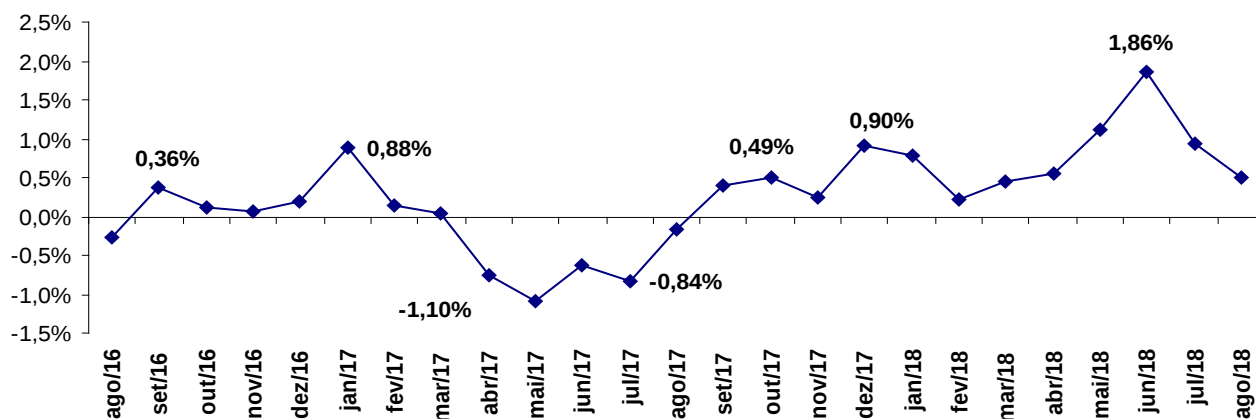
A forte recuperação frente ao mês anterior reflete a baixa base de comparação daquele mês e apesar da retomada que vem ocorrendo ao longo do ano, o desempenho do *setor de serviços* segue fraco, sendo condicionado pela lenta queda do *desemprego* e do *baixo nível de atividade econômica*.

Inflação

IGP-10 (Agosto/2018) – FGV

Fato

O **IGP-10** registrou variação de 0,51% em agosto, em julho a variação havia sido de 0,93%. No acumulado em doze meses o índice ficou em 8,78% e no ano 6,61%.



Fonte: FGV

Causa

No mês de agosto, dentre os componentes do **IGP**, o **IPA** apresentou variação de 0,64%, em julho a variação havia sido de 0,99%. Neste, houve recuo nos *Bens Finais* 1,56 p.p., com variação negativa de 0,43%, com destaque para o subgrupo *alimentos processados*. Os *Bens Intermediários* tiveram desaceleração de 0,99 p.p. com variação de 1,00%, com destaque para o recuo em *materiais e componentes para a manufatura*. As *Matérias-Primas Brutas* registraram aceleração de 1,93 p.p. frente ao mês anterior, apresentando variação de 1,51%, sendo os principais responsáveis pela expansão *soja*, *leite in natura* e *milho*.

O **IPC** teve recuo de 0,64 p.p., com variação de 0,14%, com o grupo *Alimentação* sendo o principal responsável pelo decréscimo, com destaque para *laticínios*. Também apresentaram decréscimo em suas taxas de variação os grupos *Habitação*, *Transportes*, *Educação*, *Leitura e Recreação*, *Comunicação*, *Vestuário*, *Despesas Diversas* e *Saúde e Cuidados Pessoais*. O **INCC** teve recuo de 0,46 p.p. com decréscimos em *Materiais*, *Equipamentos e Serviços*, 0,18 p.p. e em *Mão de Obra* 0,71 p.p.

Consequência

Após as fortes elevações de maio e junho, o **IGP-10** apresentou desaceleração pelo segundo mês consecutivo, retornando ao patamar de abril. Todavia, a elevação dos citados meses compromete os valores acumulados.

Inflação

IGP-M (Agosto/2018) – FGV

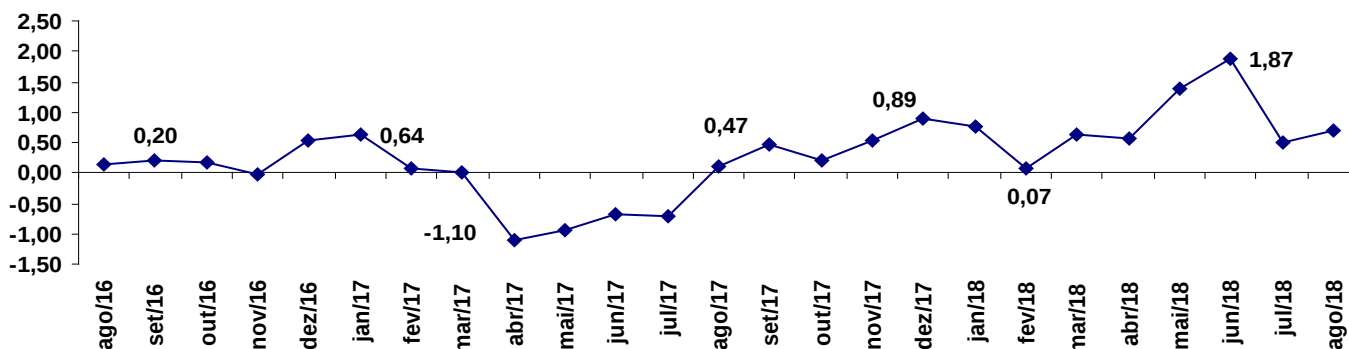
Fato

O **IGP-M** de agosto registrou variação de 0,70%, em julho a variação havia sido de 0,51%. Em doze meses o acumulado é de 8,89%, e no ano 6,66%.

Causa

Dos índices que compõe o **IGP-M**, o **IPA** apresentou variação de 1,00%, com expansão de 0,50 p.p., frente ao mês anterior. Dentre os componentes os *Bens Finais* tiveram variação de negativos 0,12%, em julho à variação havia sido de negativos 0,15%, tendo contribuído para a menor deflação o subgrupo *alimentos in natura*. Os *Bens Intermediários* tiveram variação de 0,80%, em julho à variação havia sido de 2,11%, tendo contribuído para este movimento os *materiais e componentes para a manufatura* e as *Matérias-Primas Brutas*, que em julho haviam tido variação nos preços de negativos 0,70%, em agosto apresentaram variação positiva de 2,61%, decorrente do aumento nos itens *milho*, *minério de ferro* e *soja*.

O **IPC** teve desaceleração de, 0,39 p.p., atingindo 0,05%. A principal influência para o desaquecimento do índice partiu do grupo *Habitação*, consequência do item *tarifa de eletricidade residencial*. Também contribuíram para o recuo, *Educação*, *Leitura e Recreação*, *Transportes* e *Comunicação*. O **INCC** teve variação 0,42 p.p., menor do que no mês anterior, com recuo nos dois grupos componentes, *Materiais*, *Equipamentos e Serviços*, 0,32 p.p. e *Mão de Obra*, 0,51p.p.



Fonte: FGV

Consequência

Após o recuo de julho o **IGP-M** voltou a apresentar aceleração, influenciado pelo preço de commodities, que sofrem o efeito do aumento na *taxa de cambio*. Os valores acumulados estão em patamar bastante elevado, o que deve influenciar os preços no varejo, principalmente por meio dos contratos indexados a este índice.

Inflação

IGP-DI (Julho/2018) – FGV

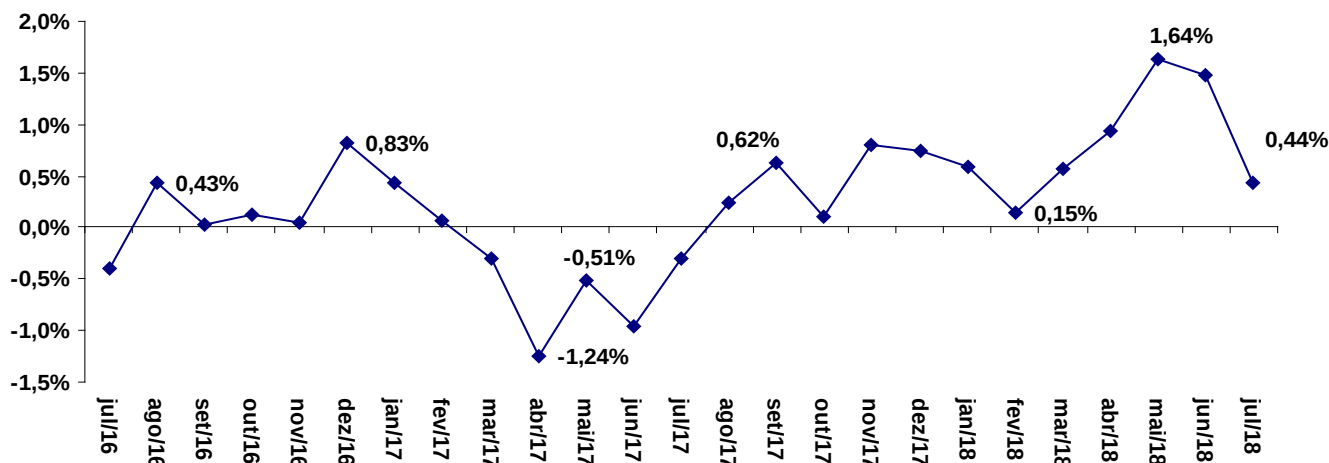
Fato

O Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna (**IGP-DI**) registrou variação de 0,44% em julho, no mês anterior a variação havia sido de 1,48%. Nos últimos doze meses, o índice acumula alta de 8,59%, e no ano 5,92%.

Causa

No mês, o **IPA**, que possui a maior influência na composição do **IGP** (60%), apresentou variação de 0,52%, 1,15 p.p. abaixo do mês anterior. Nesse índice as maiores contribuições para o recuo partiram dos *Bens Finais*, que apresentaram variação 1,71 p.p. menor, chegando à de 1,67%, com destaque para *alimentos processados*. Os *Bens Intermediários* apresentaram desaceleração de 0,63 p.p., atingindo 1,33% decorrente principalmente do *subgrupo materiais e componente para a manufatura*. As *Matérias-Primas Brutas* registraram desaquecimento de 0,36 p.p., com destaque no sentido ascendente para *aves, minério de ferro, e milho*.

O **IPC** diminuiu a taxa de variação em 1,02 p.p. frente ao mês anterior, sendo o principal recuo observado em *Alimentação* com destaque para *hortaliças e legumes*, que registrou variação negativa de 20,54%. Também tiveram menor variação em julho *Habitação, Vestuário, Saúde e Cuidados Pessoais, Despesas Diversas e Comunicação*. No **INCC**, houve desaceleração de 0,36 p.p., com avanço em *Materiais, Equipamentos e Serviços* e recuo em *Mão de Obra*.



Fonte: FGV

Consequência

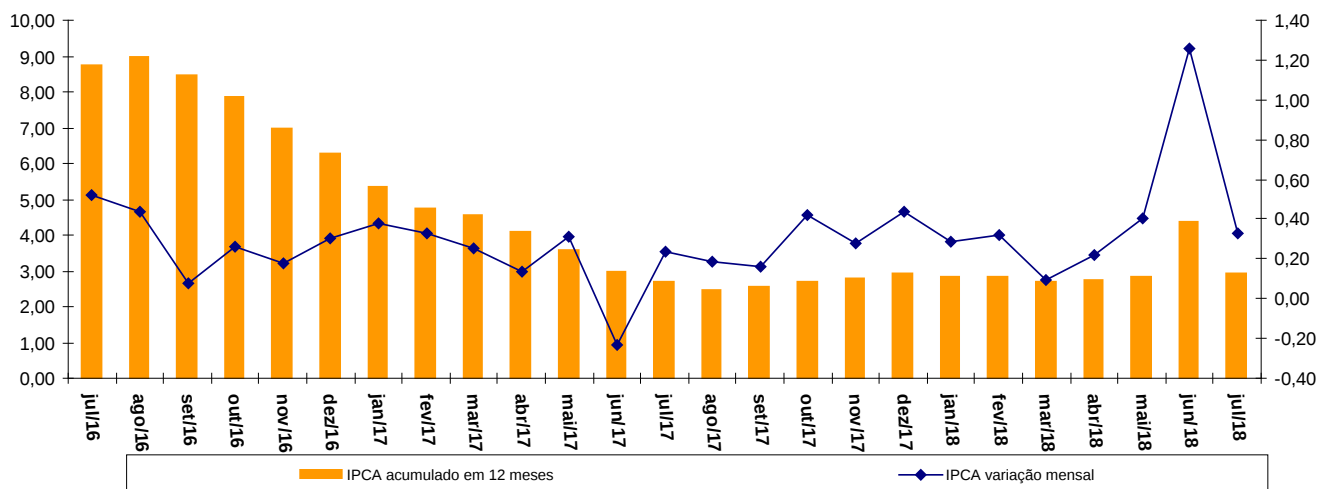
Após o impacto causado pela greve do setor de transportes, o **IGP-DI** apresentou recuo em julho. Para os próximos meses a expectativa é de continuidade no processo de acomodação *inflacionária*, porém com menor *intensidade*.

Inflação

IPCA (Julho/2018) – IBGE

Fato

O **IPCA** variou 0,33% em julho, diminuindo 0,93 p.p. com relação ao mês anterior. O índice acumulado em doze meses é de 4,48%, acima do valor acumulado nos doze meses imediatamente anteriores, 4,39%. No ano, o acumulado ficou em 2,94%, superior ao acumulado no mesmo período do ano passado, 1,43%. Em **Curitiba** o índice recuou 1,28 p.p., registrando variação de 0,28% em julho, 2,85% no ano e 4,52% em doze meses.



Fonte: IBGE

Causa

Apesar da desaceleração no mês, os grupos *Habitação* e *Transportes* que variaram 1,54% e 0,49%, respectivamente, exerceram a maior influência no mês. Os grupos *Vestuário*, *Alimentação* e *Bebidas* e *Educação* registraram deflação no mês. No grupo *Habitação*, a *energia elétrica* que apesar da desaceleração de 2,6 p.p., teve variação de 5,33% exercendo o maior impacto individual no *IPCA*.

Consequência

A forte redução no mês é decorrente do alto patamar de comparação do mês anterior, que refletiu o impacto causado pela “*greve do setor de transportes*” em maio. Para os próximos meses é esperado que o comportamento da *inflação* prossiga em patamares comportados.

Inflação

IPCA - 15 (Agosto/2017) – IBGE

Fato

O *IPCA – 15* registrou variação de 0,13% em agosto, desacelerando 0,51 p.p. com relação a julho. No ano e nos últimos doze meses os acumulados são de 3,14% e 4,30%, respectivamente. Em **Curitiba** a variação foi negativa de 0,26%, 1,27 p.p. abaixo do registrado no mês anterior. No acumulando no ano a variação foi de 2,98% e em doze meses 3,95%,

Causa

Os grupos *Habitação*, 1,10% e *Saúde e Cuidados Pessoais*, 0,55% apresentaram os maiores impactos no índice do mês, 0,17 p.p e 0,07 p.p., respectivamente. No primeiro a *energia elétrica* apresentou a maior contribuição individual, 0,14 p.p. devido ao reajuste de concessionárias em São Paulo e Belém. No grupo *Saúde e Cuidados Pessoais* o destaque ficou por conta do item *plano de saúde*, 0,81%. Pelo lado das quedas o grupo *Transportes* apresentou variação negativa de 0,87%, exercendo o maior impacto negativo, 0,16 p.p.

Consequência

A alta de junho ainda refletiu os impactos trazidos pela greve do *setor de transportes*. A trajetória de acomodação deve se manter nas próximas apurações.

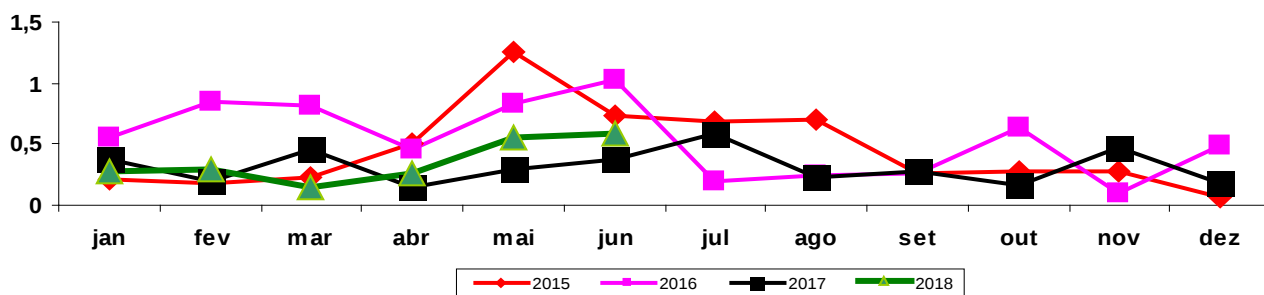
Inflação

Custos e Índices da Construção Civil (Julho/2018) – IBGE - Caixa Econômica Federal

Fato

O *Índice Nacional da Construção Civil* variou 0,52% em julho, 0,02 p.p. abaixo da variação de junho. Em doze meses, o acumulado é de 4,01%, inferior ao registrado nos doze meses imediatamente anteriores 4,07%. O *custo nacional por metro quadrado* passou de R\$ 1.089,46 em junho, para R\$ 1.095,09 em julho, sendo R\$ 563,69 relativos aos *materiais* e R\$ 531,40 à *mão-de-obra*.

No **Estado do Paraná**, as variações foram de 1,94% no mês, 3,17% no ano e 3,30% em doze meses, e o *Custo Médio* atingiu R\$ 1.112,71.



Fonte: IBGE e CAIXA

Causa

Na composição do índice, a parcela dos *materiais* apresentou avanço de 0,88%, 0,32 p.p. acima do índice de junho. A componente *mão de obra* registrou variação de 0,13%, desacelerando 0,48 p.p. em relação ao mês anterior. Nos últimos doze meses, os acumulados foram: 3,59% para *materiais* e 3,19% para *mão-de-obra*, e no ano: 2,79% e 1,86% para *materiais* e *mão-de-obra*, respectivamente. No mês as variações regionais foram: 0,42% na Região Norte, 0,48% na Região Nordeste, 0,43% no Sudeste, 0,53% no Centro-Oeste, e 0,92% no Sul. Ainda na verificação regional, os custos foram os seguintes: R\$ 1.079,35 na Região Norte, R\$ 1.019,82 na Região Nordeste, R\$ 1.145,63 no Sudeste, R\$ 1.100,46 no Centro-Oeste e R\$ 1.137,63 no Sul.

Consequência

O *custo da construção civil* recuou frente ao mês anterior, refletindo principalmente a menor variação na *mão de obra*. No **Paraná** a aceleração no mês foi causada pelo *reajuste salarial*, decorrente do *acordo coletivo dos trabalhadores* realizado no mês.

Inflação

IPP - Índices de Preço ao Produtor (Julho/2018) – IBGE

Fato

O **IPP** apresentou variação de 1,13% em julho, ficando 1,14 p.p. inferior à variação do mês anterior e 2,14 p.p. maior do que a do mesmo mês do ano anterior. No acumulado em doze meses a variação está em 15,89%, e no ano 9,84%.

Causa

No mês, vinte das vinte e quatro atividades apresentaram variações positivas, os aumentos mais expressivos foram em *outros produtos químicos, perfumaria, sabões e produtos de limpeza, indústrias extrativas e produtos de metal*, e as maiores influências vieram de *outros produtos químicos, metalurgia, indústrias extrativas e veículos automotores*.

No acumulado em doze meses as quatro maiores variações foram: *indústrias extrativas, refino de petróleo e produtos de álcool, outros produtos químicos e metalurgia*, e as maiores influências vieram de *refino de petróleo e produtos de álcool, outros produtos químicos, indústrias extrativas e metalurgia*.

Consequência

As variações do *índice de preços ao produtor* seguem em patamares muito superiores às do ano anterior, indicando que o aumento nos *preços do atacado* poderá influenciar positivamente os *preços do varejo*.

Operações de Crédito

Nota à Imprensa (Julho/2018) - BACEN

Fato

O total do estoque das *operações de crédito do sistema financeiro* atingiu R\$ 3.125 bilhões em julho, com retração de 0,2% no mês e de 2,4% em doze meses, atingindo 46,4% na *relação com o PIB*, 0,9 p.p. abaixo de julho de 2017.

Causa

Os *empréstimos contratados com recursos livres* atingiram R\$ 1.639 bilhões, apresentando redução de 0,1% no mês e crescimento de 7,7% em doze meses. Os *empréstimos realizados às pessoas físicas* cresceram 1%, com destaque para o aumento em *cartão de crédito a vista, crédito consignado e financiamento de veículos*. Nos *empréstimos realizados às pessoas jurídicas*, houve queda de 1,3%, principalmente em decorrência da redução no *desconto de duplicatas e recebíveis e antecipação de faturas de cartão de crédito*.

No *crédito direcionado*, houve redução de 0,3% no mês e de 3,0% em doze meses, totalizando R\$ 1.485 bilhões. As operações contratadas com *pessoas físicas* diminuíram 0,1% no mês e aumentaram 4,5% em doze meses. No crédito para empresas ocorreu queda de 0,6% no mês e 10,6% em doze meses.

As *taxas médias de juros* diminuíram 0,1 p.p. no mês e 4,4 p.p. em doze meses, atingindo 24,5% a.a. O *custo médio dos empréstimos para pessoas físicas* recuou 0,5 p.p. no mês e 5,9 p.p. em doze meses atingindo 30,5% a.a. Para as *empresas*, os *encargos médios* cresceram 0,4 p.p. no mês e recuaram 3,1 p.p. na comparação com o mesmo mês do ano anterior, situando-se em 15,9% a.a. Considerando apenas o crédito livre as taxas são 52,0% para pessoas físicas e 20,6% a.a. para empresas.

Considerando o *crédito livre a inadimplência* para pessoas jurídicas foi de 3,4%, com recuo de 0,3 p.p. no mês e 2,1 p.p. em doze meses. Para pessoas físicas, a inadimplência permaneceu estável em 5,0%, no mês, com recuo de 0,7 p.p. em doze meses. No segmento *direcionado*, para pessoas jurídicas houve aumento de 0,2 p.p. no mês e recuo de 0,1 p.p. frente a julho de 2017, atingindo 1,4%, para pessoas físicas houve estabilidade no mês e recuo de 0,2 p.p. em doze meses, chegando a 2,9%. O *spread bancário* situou-se em 17,8 p.p., registrando aumento de 0,1 p.p. no mês e queda de 3,5 p.p. em doze meses.

Consequência

A relação crédito **PIB** permanece relativamente estável, decorrente do elevado grau de *endividamento das famílias* e do desaquecimento da *atividade econômica*. Para os próximos meses ainda não é esperada recuperação mais intensa.

Setor Externo

Nota à Imprensa (Julho/2018) - BACEN

Fato

Em julho, as *Transações Correntes* registraram *déficit* de US\$ 4,4 bilhões, após quatro meses de *superávit*. As *reservas internacionais* totalizaram US\$ 379,4 bilhões e a *dívida externa* somou US\$ 308,9 bilhões, com redução de US\$ 14,2 bilhões com relação à posição apurada no mês de março.

Causa

No que tange ao *Saldo da Conta de Transações Correntes*, o acumulado nos últimos doze meses apresenta *déficit* de US\$ 15,0 bilhões, equivalente a 0,76% do PIB. Na *conta financeira* as captações líquidas superaram as concessões líquidas em US\$ 3,2 bilhões, destacando-se no mês, os *investimentos diretos no país*, US\$ 3,9 bilhões, totalizando US\$ 64,2 bilhões em doze meses. A *conta de serviços* teve *déficit* de US\$ 3,0 bilhões no mês, mesmo patamar de julho de 2017. As *despesas líquidas de renda primária* foram de US\$ 5,5 bilhões, diminuindo 16,5% frente a julho de 2017. As *despesas líquidas com juros* alcançaram US\$ 3,8 bilhões e as *remessas líquidas de lucros e dividendos* totalizaram R\$ 1,7 bilhão. A *movimentação das reservas*, durante o mês de janeiro foi consequência, principalmente, de *variação por preço dos ativos*, que reduziram o estoque em US\$ 819 milhões e *receita de juros*, que aumentaram o estoque em US\$ 592 milhões. A *dívida externa de curto prazo* teve redução de US\$ 10,1 bilhões chegando à US\$ 51,0 bilhões enquanto o *endividamento de longo prazo* chegou a US\$ 257,9 bilhões, com redução de US\$ 4,1 bilhões.

Consequência

O *déficit em transações correntes* é consequência do saldo negativo na *balança de serviços* e da *renda primária*, puxada principalmente pelas *remessas líquidas de renda*. Porém o mesmo vem sofrendo redução na comparação com os mesmos períodos do ano anterior.

Política Fiscal

Nota à Imprensa (Julho/2018) - BACEN

Fato

Em julho, o *setor público não financeiro* registrou *déficit* de R\$ 3,4 bilhões, no acumulado em doze meses o *déficit* é de R\$ 77,1 bilhões (1,14% do PIB). O *resultado nominal* teve *déficit* de R\$ 29,2 bilhões no mês, acumulando negativos R\$ 471,6 bilhões (7,0% do PIB), em doze meses. A *dívida líquida do setor público* alcançou R\$ 3.503,5 bilhões (52,0% do PIB). A *dívida bruta do governo geral* atingiu R\$ 5.186,5 bilhões (77% do PIB). O *montante dos juros apropriados* atingiu R\$ 25,8 bilhões, no mês e R\$ 394,5 bilhões no acumulado em doze meses (5,86% do PIB).

Causa

Na composição do *déficit primário* no mês, o *Governo Central* e os *governos regionais* registraram *déficit* de R\$ 2,7 bilhões e R\$ 1,8 bilhões, respectivamente. As *empresas estatais* apresentaram resultado positivo de R\$ 1,1 bilhões. Com relação aos *juros apropriados* em julho, houve queda de R\$ 2,7 bilhões em relação ao total apropriado em julho de 2017. Com relação à *Dívida Líquida do Setor Público* como percentual do PIB, houve elevação de 0,6 p.p., na comparação com o mês anterior. No ano, esta relação teve crescimento de 0,5 p.p. Contribuíram para a elevação, os *juros nominais apropriados* e o *déficit primário*. Os efeitos da *desvalorização cambial acumulada* e do *crescimento do PIB nominal* compensaram parcialmente estes valores.

Consequência

Os indicadores fiscais permanecem apresentando resultados desfavoráveis em decorrência do *desaquecimento econômico*.

EXPECTATIVA MÉDIA ANUAL DO MERCADO PARA A ECONOMIA BRASILEIRA: PIB, JUROS, CÂMBIO E INFLAÇÃO - 2018-2022

ANO	TAXA DE CRESCIMENTO DO PIB	TAXA DE JUROS SELIC	TAXA DE CÂMBIO R\$/US\$	TAXA DE INFLAÇÃO IPCA
2018	1,47	6,55	3,63	4,16
2019	2,55	7,36	3,69	4,12
2020	2,62	8,19	3,67	4,03
2021	2,60	8,24	3,72	3,89
2022	2,57	8,19	3,80	3,80

FONTE: Banco Central do Brasil, GERIN. Com base nas expectativas de 24/08/2018 Sinal convencional utilizado: ... dado não disponível

DÍVIDA LÍQUIDA DO SETOR PÚBLICO (% PIB) – COMPARAÇÃO MENSAL ÚLTIMOS 10 ANOS JULHO 2008-2018

ANO	GOVERNO FEDERAL	BACEN	GOVERNOS ESTADUAIS E MUNICIPAIS	EMPRESAS ESTATAIS	SETOR PÚBLICO CONSOLIDADO
2008	29,35	-0,81	13,4	0,74	42,68
2009	28,34	-1,07	12,64	0,76	40,68
2010	28,03	-1,28	11,59	0,66	39
2011	26,6	-1,25	10,88	0,57	36,8
2012	22,51	-1,18	10,66	0,53	32,51
2013	21,03	-1,39	10,56	0,6	30,8
2014	21,57	-1,07	10,53	0,59	31,62
2015	22,66	-2,35	11,81	0,79	32,91
2016	32,23	-2,56	11,35	0,91	41,94
2017	39,99	-2,69	11,55	0,87	49,72
2018	41,80	-2,97	12,28	0,92	52,03

FONTE: Banco Central do Brasil, DEPEC.

VARIAÇÃO DO EMPREGO FORMAL CLT EM CURITIBA – JULHO/2018

MOVIMENTAÇÃO AGREGADA	CURITIBA	%	MICRO REGIÃO	%	PARANÁ	%	BRASIL
ADMISSÕES	25.185	70,08	35.938	27,02	93.219	2,07	1.219.187
DESLIGAMENTOS	23.879	70,52	33.860	26,32	90.734	2,04	1.171.868
Nº EMPREGOS FOMAI EM 01/JAN/2018	665.524	70,09	949.559	25,9	2.569.121	1,76	37.868.331
TOTAL DE ESTABELECIMENTOS	150.103	72	208.482	23,39	641.673	1,86	8.055.690
VARIAÇÃO ABSOLUTA	1.306		2.078		2.485		47.319

FONTE: CAGED

OBS. Os percentuais indicados representam a participação de Curitiba em sua microrregião, no Paraná e no Brasil.

VARIAÇÃO DO EMPREGO FORMAL CLT EM SÃO JOSÉ DOS PINHAIS – JULHO/2018

MOVIMENTAÇÃO AGREGADA	SÃO JOSÉ DOS PINHAIS	%	MICRO REGIÃO	%	PARANÁ	%	BRASIL
ADMISSÕES	3.079	8,57	35.938	3,3	93.219	0,25	1.219.187
DESLIGAMENTOS	2.711	8,01	33.860	2,99	90.734	0,23	1.171.868
Nº EMPREGOS FOMAI EM 01/JAN/2018	84.744	8,92	949.559	3,3	2.569.121	0,22	37.868.331
TOTAL DE ESTABELECIMENTOS	14.340	6,88	208.482	2,23	641.673	0,18	8.055.690
VARIAÇÃO ABSOLUTA	368		2.078		2.485		47.319

FONTE: CAGED

OBS. Os percentuais indicados representam a participação de São José dos Pinhais em sua microrregião, no Paraná e no Brasil.

VARIAÇÃO DO EMPREGO FORMAL CLT EM ARAUCÁRIA – JULHO/2018

MOVIMENTAÇÃO AGREGADA	ARAUCÁRIA	%	MICRO REGIÃO	%	PARANÁ	%	BRASIL
ADMISSÕES	1.614	4,49	35.938	1,73	93.219	0,13	1.219.187
DESLIGAMENTOS	1.661	4,91	33.860	1,83	90.734	0,14	1.171.868
Nº EMPREGOS FOMAIIS EM 01/JAN/2018	37.328	3,93	949.559	1,45	2.569.121	0,1	37.868.331
TOTAL DE ESTABELECIMENTOS	5.552	2,66	208.482	0,87	641.673	0,07	8.055.690
VARIAÇÃO ABSOLUTA	-47		2.078		2.485		47.319

FONTE: CAGED

OBS. Os percentuais indicados representam a participação de Araucária em sua microrregião, no Paraná e no Brasil.

EVOLUÇÃO DIÁRIA DO ÍNDICE BOVESPA (IBOVESPA) - AGO/2017 – JUL/2018

DIA	JAN/18	FEV/18	MAR/18	ABR/18	MAI/18	JUN/18	JUL/18	AGO/17	SET/17	OUT/17	NOV/17	DEZ/17
1		85.495,24	85.377,79			77.239,75		66.516,23			73.823,74	72.264,45
2	77.891,04	84.041,34	85.761,34	84.666,44	84.547,09		72.839,74	67.135,99		74.359,82		
3	77.995,16			84.623,46	83.288,14		73.667,76	66.777,13		76.762,91	73.915,42	
4	78.647,42			84.359,69	83.118,03	78.596,06	74.743,12	66.897,98	72.128,83	76.591,44		73.090,17
5	79.071,47	81.861,09	86.022,83	85.209,66	82.714,43	76.641,72	74.553,06		72.150,87	76.617,52		72.546,17
6		83.894,04	85.653,02	84.820,42		76.117,22	75.010,39		73.412,41	76.054,71	74.310,79	73.268,35
7		82.766,73	85.483,55			73.851,46		67.939,65			72.414,87	72.487,46
8	79.378,54	81.532,53	84.984,61		82.956,05	72.942,07		67.898,93	73.078,85		74.363,13	72.731,84
9	78.863,54	80.898,7	86.371,41	83.307,23	84.265,49			67.671,06		75.726,80	72.930,69	
10	78.200,57			84.510,36	85.861,20		74.862,38	66.992,08		76.897,20	72.165,63	
11	79.365,44			85.245,59	85.220,24	72.307,77	74.398,55	67.358,58	74.319,21	76.659,80		72.800,04
12	79.349,12		86.900,43	85.443,53		72.754,13	75.856,23		74.538,55			73.813,53
13			86.383,85	84.334,41		72.122,14	76.594,36		74.787,56	76.989,78	72.475,17	72.914,33
14		83.542,84	86.050,96		85.232,18	71.421,19		68.284,66	74.656,68		70.826,59	72.428,93
15	79.752,37	84.290,57	84.928,20		85.130,42	70.757,73		68.355,12	75.756,51			72.607,70
16	79.831,76	84.524,58	84.886,49	82.861,58	86.536,97		76.652,59	68.594,29		76.891,83	72.511,79	
17	81.189,16			84.086,13	83.621,95		78.130,30	67.976,79		76.201,25	73.437,28	
18	80.962,65			85.776,46	83.081,88	69.814,74	77.362,64	68.714,65	75.990,40	76.591,09		73.115,45
19	81.219,50	84.792,71	83.913,06	85.824,26		71.394,34	77.486,84		75.974,18	76.283,16		72.680,37
20		85.803,96	84.163,80	85.550,09		72.123,41	78.571,29		76.004,15	76.390,51		73.367,03
21		86.051,82	84.976,59		81.815,32	70.074,90		68.634,64	75.604,34		74.594,61	75.133,43
22	81.675,42	86.686,45	84.767,88		82.738,88	70.640,65		70.011,25	75.389,75		74.518,79	75.186,53
23	80.678,35		84.377,19	85.602,50	80.867,29		77.996,12	70.477,63		75.413,13	74.486,58	
24	83.680			85.469,08	80.122,31		79.154,99	71.132,79		76.350,19	74.157,37	
25		87.293,24		85.044,39	78.897,66	70.952,97	80.218,05	71.073,65	74.443,47	76.671,13		
26	85.530,84	87.652,64	85.087,86	86.383,20		71.404,59	79.405,34		74.318,72	75.896,35		75.707,73
27		86.935,44	83.808,06	86.444,66		70.609,01			73.796,71	75.975,71	74.058,92	76.072,54
28		85.353,60	83.874,14		75.355,84	71.766,53		71.016,59	73.567,24		74.139,72	76.402,08
29	84.698,01		85.365,56		76.071,97	72.762,52	79.866,11	71.329,85	74.293,50		72.700,45	
30	84.482,46			86.115,50	76.753,61		80.275,60	70.886,25		74.800,33	71.970,99	
31	84.912,7						79.220,44	70.835,05		74.308,49		
MÍNIMO	77.891,04	80.898,70	83.808,06	82.861,58	75.355,84	69.814,74	72.839,74	66.516,23	71.923,11	74.308,49	70.826,59	72.264,45
MÁXIMO	85.530,84	87.652,64	86.900,43	86.444,66	86.536,97	78.596,06	80.275,60	71.329,85	76.004,15	76.989,78	74.594,61	76.402,00

FONTE: BM&FBovespa

NOTA: Índice Ibovespa é o valor atual, em moeda corrente, de uma carteira teórica de ações constituída em 2/1/1968 (valor-base: 100 pontos), a partir de uma aplicação hipotética. Supõe-se não ter sido efetuado nenhum investimento adicional desde então, considerando-se somente os ajustes efetuados em decorrência da distribuição de proventos pelas empresas emissoras (tais como reversão de dividendos recebidos e do valor apurado com a venda de direitos de subscrição, e manutenção em carteira das ações recebidas em bonificação). Dessa forma, o índice reflete não apenas as variações dos preços das ações, mas também o impacto da distribuição dos proventos, sendo considerado um indicador que avalia o retorno total de suas ações componentes (IBOVESPA).

PREÇO MÉDIO MENSAL E NOMINAL NO ATACADO EM REAIS (R\$) DE PRODUTOS AGRÍCOLAS SELECIONADOS DEZ/2000–AGO/2018

MÊS/ANO	SÃO PAULO	PARANÁ			
	Arroz (30 Kg)	Feijão Preto (30 Kg)	Soja (em farelo) (t)	Trigo (em grão) (60 Kg)	Milho (60 Kg)
Dez/00	20,69	19,08	434,03	15,03	10,30
Dez/01	28,00	49,95	496,42	17,80	11,78
Dez/02	38,00	48,47	745,55	34,94	24,37
Dez/03	52,36	43,16	756,77	28,58	17,73
Dez/04	33,78	48,65	522,76	21,26	15,00
Dez/05	30,00	60,01	513,04	21,96	14,26
Dez/06	34,01	33,47	506,57	29,23	19,44
Dez/07	43,67	72,29	682,33	34,35	28,69
Dez/08	52,54	85,72	736,91	28,50	17,93
Dez/09	48,34	44,14	740,11	27,50	17,66
Dez/10	54,40	56,57	734,82	27,40	22,69
Dez/11	44,28	52,75	584,62	26,43	23,20
Dez/12	65,00	80,81	1.239,97	41,50	31,00
Dez/13	59,51	92,71	1.298,74	47,27	22,54
Dez/14	60,00	78,69	1.174,61	34,32	24,95
Dez/15	62,10	87,64	1314,07	43,30	29,39
Jan/16	66,85	106,78	1397,50	44,10	36,59
Fev/16	68,55	100,91	1404,32	45,16	38,67
Mar/16	69,97	96,83	1140,93	45,29	41,08
Abr/16	69,89	98,09	1110,13	46,60	46,10
Mai/16	71,45	107,83	1319,96	46,19	49,96
Jun/16	73,02	131,01	1572,48	53,74	49,13
Jul/16	69,81	158,53	1489,45	53,68	41,15
Ago/16	74,62	152,55	1353,58	50,77	40,86
Set/16	77,21	148,65	1281,50	43,34	37,86
Out/16	77,58	161,76	1211,86	39,45	38,32
Nov/16	...	155,06	1220,52	38,25	35,63
Dez/16	...	147,81	1212,32	37,62	34,81
Jan/17	...	125,18	1153,42	37,19	32,92
Fev/17	...	106,44	1.138,59	36,14	30,25
Mar/17	...	104,81	1.063,18	35,70	27,89
Abr/17	...	96,55	1.012,31	36,25	25,67
Mai/17	59,60	101,82	1.015,39	36,57	25,61
Jun/17	60,40	111,60	1.018,95	37,46	24,36
Jul/17	61,48	99,96	1.087,77	38,73	22,84
Ago/17	66,48	92,36	1.014,63	40,70	22,39
Set/17	64,44	92,02	1.017,38	36,87	24,68
Out/17	82,26	92,86	1.068,59	35,95	26,08
Nov/17	82,86	85,59	1.077,22	37,79	27,27
Dez/17	79,60	81,72	1.162,92	38,74	27,86
Jan/18	83,14	79,72	1.163,73	39,32	28,30
Fev/18	72,16	89,02	1.263,78	39,07	29,23
Mar/18	75,50	88,21	1.326,18	42,40	36,45
Abr/18	80,26	87,22	1.413,59	47,15	37,65
Mai/18	77,44	90,88	1.490,00	54,95	38,94
Jun/18	75,68	86,51	1.450,92	62,88	38,47
Jul/18	79,16	86,32	1.432,98	59,95	35,43
Ago/18	...	87,63	1.435,45	56,84	36,87

FONTE: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA); CONAB; SEAB-PR NOTA: Cotação para o arroz longo fino agulhinha.
Sinal convencional utilizado: ... Dado não disponível

INDICADORES DO MERCADO FINANCEIRO NACIONAL E INTERNACIONAL

DATA	BRASIL				EUA	
	Fundo de Investimento Financeiro – FIF (PL mensal, R\$ milhões) 7837(1)	Valor das empresas listadas no Ibovespa (R\$ bilhões) 7848(3)	Índice Ibovespa 7845	Emissão Primária de Debêntures (R\$ milhões) 7841	Dow Jones – NYSE fechamento (pontos) 7846 (3)	Nasdaq fechamento (pontos) 7847 (4)
DEZ/07	912.869	1.764.961	63.886	1.068	13.265	2.652
DEZ/08	917.297	1.087.640	37.550	0	8.776	1.577
DEZ/09	1.086.267	1.739.615	68.588	2.720	10.428	2.269
DEZ/10	1.286.654	2.070.752	69.304	2.025	11.578	2.653
DEZ/11	1.501.728	1.833.723	56.754	220	12.218	2.605
DEZ/12	1.786.186	1.961.800	60.952	850	13.104	3.020
DEZ/13	1.939.384	1.889.777	51.507	300	16.577	4.177
DEZ/14	2.156.887	1.824.499	50.007	0	17.823	4.736
JAN/15	2.192.912	1.744.785	46.907	10.000	17.165	4.635
FEV/15	2.226.999	1.897.789	51.583	551	18.133	4.964
MAR/15	2.260.558	1.885.819	51.150	321	17.776	4.901
ABR/15	2.282.144	2.066.170	56.229	4.600	17.841	4.941
MAI/15	2.235.805	1.949.062	52.760	0	18.011	5.070
JUN/15	2.355.165	1.973.591	53.080	0	17.620	4.987
JUL/15	2.388.160	1.903.496	50.864	740	17.690	5.128
AGO/15	2.425.397	1.754.227	46.625	0	16.528	4.777
SET/15	2.343.942	1.700.335	45.059	1.350	16.285	4.620
OUT/15	2.448.624	1.678.886	45.868	1.892	17.664	5.054
NOV/15	2.465.544	1.658.564	45.120	0	17.720	5.109
DEZ/15	2.472.963	1.591.222	43.349	1.185	17.425	5.007
JAN/16	2.522.931	1.506.705	40.405	0	16.466	4.614
FEV/16	2.553.705	1.560.784	42.793	0	16.517	4.558
MAR/16	2.599.654	1.795.296	50.055	20.000	17.685	4.870
ABR/16	2.635.683	1.917.723	53.910	0	17.831	4.775
MAI/16	2.670.626	1.740.045	48.471	0	17.787	4.948
JUN/16	2.690.456	1.821.192	51.526	0	17.930	4.843
JUL/16	2.738.202	2.004.423	57.308	0	18.432	5.162
AGO/16	2.795.674	2.029.117	57.901	0	18.401	5.213
SET/16	2.820.714	2.044.580	58.367	0	18.308	5.312
OUT/16	2.860.310	2.234.166	64.924	878	18.142	5.190
NOV/16	2.887.156	2.134.704	61.906	0	19.124	5.324
DEZ/16	2.953.369	2.078.361	60.227	975	19.763	5.383
JAN/17	3.035.796	2.239.112	64.670	0	19.864	5.615
FEV/17	3.088.727	2.324.811	66.662	0	20.822	5.825
MAR/17	3.158.822	2.245.686	64.984	300	20.663	5.912
ABR/17	3.169.398	2.243.197	65.403	432	20.941	6.048
MAI/17	3.203.771	2.159.216	62.711	0	21.009	6.199
JUN/17	3.243.842	2.149.502	62.899	0	21.350	6.144
JUL/17	3.310.407	2.249.025	65.920	1.091	21.891	6.348
AGO/17	3.386.195	2.400.515	70.835	0	21.948	6.429
SET/17	3.426.878	2.517.247	74.293	0	22.405	6.453
OUT/17	3.468.644	2.538.691	74.308	4.537	23.377	6.728
NOV/17	3.460.553	2.454.073	71.970	0	24.272	6.874
DEZ/17	3.462.583	2.575.884	76.402	0	24.719	6.903
JAN/18	3.526.747	2.916.247	84.912	0	26.149	7.411
FEV/18	3.550.673	2.928.154	85.353	268	25.029	7.273
MAR/18	3.584.745	2.965.390	85.365	0	24.103	7.063
ABR/18	3.610.305	2.961.895	86.115	529	24.163	7.066
MAI/18	3.620.983	2.663.411	76.753	0	24.668	7.462
JUN/18	3.622.332	2.510.860	72.762	0	24.271	7.510
JUL/18	3.655.902	2.733.333	79.220	1.207	25.415	7.672

FONTES: (1) BANCO CENTRAL DO BRASIL, (2) BOVESPA (ÍNDICE DE FECHAMENTO DO ÚLTIMO DIA ÚTIL DO MÊS), (3) DOW JONES, (4) NASDAQ

NOTA: para os anos de 2007 a 2014, os valores referem-se ao mês de dezembro, exceto para emissão de debênture que é o total do ano. Sinal convencional utilizado: ... Dado não disponível.

BALANÇA COMERCIAL DO PARANÁ - 1997 - 2018

Ano	Exportação (X)		Importação (M)		Saldo (X-M)
	US\$ FOB	Var%	US\$ FOB	Var%	US\$ FOB
1997	4.853.587.000	14,00	3.306.968.000	36,00	1.546.619.000
1998	4.227.995.000	-13,00	4.057.589.000	23,00	170.406.000
1999	3.932.659.000	-7,00	3.699.490.000	-9,00	233.169.000
2000	4.394.161.676	0,00	4.686.228.819	0,00	-292.067.143
2001	5.320.210.841	21,07	4.928.952.244	5,18	391.258.597
2002	5.703.081.036	7,20	3.333.392.117	-32,37	2.369.688.919
2003	7.157.852.544	25,51	3.486.050.508	4,58	3.671.802.036
2004	9.405.025.640	31,39	4.026.146.368	15,49	5.378.879.272
2005	10.033.532.895	6,68	4.527.236.933	12,45	5.506.295.962
2006	10.016.337.731	-0,17	5.977.970.879	32,04	4.038.366.852
2007	12.352.857.472	23,33	9.017.987.693	50,85	3.334.869.779
2008	15.247.184.111	23,43	14.570.222.035	61,57	676.962.076
2009	11.222.826.796	-26,39	9.620.843.086	-33,97	1.601.983.710
2010	14.175.843.943	26,31	13.956.956.807	45,07	218.887.136
2011	17.394.275.271	22,70	18.767.762.576	34,47	-1.373.487.305
2012	17.709.590.951	1,81	19.387.793.769	3,30	-1.678.202.818
2013	18.239.201.710	2,99	19.345.381.499	-0,22	-1.106.179.789
2014	16.332.120.489	-10,46	17.295.813.435	-10,59	-963.692.946
2015	14.909.080.745	-8,71	12.448.504.088	-28,03	2.460.576.657
2016	15.171.099.837	1,76	11.092.307.396	-10,89	4.078.792.441
2017	18.082.394.413	19,19	11.518.546.039	3,84	6.563.848.374
JAN-JUL/2018	10.632.433.471	-0,84	6.694.152.018	2,88	3.169.354.721

FONTE: MDIC/SECEX

BALANÇA COMERCIAL DO BRASIL - 1997 - 2018
EM US\$ FOB - ACUMULADO E VARIAÇÃO % ANUAL

Ano	Exportação (X)		Importação (M)		Saldo (X-M)	
	US\$ FOB	Var%	US\$ FOB	Var%	US\$ FOB	Var%
1997	52.982.726.000	10,97	59.747.227.000	12,00	-6.764.501.000	20,82
1998	51.139.862.000	-3,48	57.763.476.000	-3,32	-6.623.614.000	-2,08
1999	48.012.790.000	-6,11	49.301.558.000	-14,65	-1.288.768.000	-80,54
2000	55.118.919.865	0,00	55.850.663.138	0,00	-731.743.273	-43,22
2001	58.286.593.021	5,75	55.601.758.416	-0,45	2.684.834.605	-466,91
2002	60.438.653.035	3,69	47.242.654.199	-15,03	13.195.998.836	391,50
2003	73.203.222.075	21,12	48.325.566.630	2,29	24.877.655.445	88,52
2004	96.677.498.766	32,07	62.835.615.629	30,03	33.841.883.137	36,03
2005	118.529.184.899	22,60	73.600.375.672	17,13	44.928.809.227	32,76
2006	137.807.469.531	16,26	91.350.840.805	24,12	46.456.628.726	3,40
2007	160.649.072.830	16,58	120.617.446.250	32,04	40.031.626.580	-13,83
2008	197.942.442.909	23,21	172.984.767.614	43,42	24.957.675.295	-37,66
2009	152.994.742.805	-22,71	127.722.342.988	-26,17	25.272.399.817	1,26
2010	201.915.285.335	31,98	181.768.427.438	42,32	20.146.857.897	-20,28
2011	256.039.574.768	26,81	226.246.755.801	24,47	29.792.818.967	47,88
2012	242.578.013.546	-5,26	223.183.476.643	-1,35	19.394.536.903	-34,90
2013	242.033.574.720	-0,22	239.747.515.987	7,42	2.286.058.733	-88,21
2014	225.100.884.831	-7,00	229.154.462.583	-4,42	-4.053.577.752	-277,32
2015	191.134.324.584	-15,09	171.449.050.909	-25,18	19.685.273.675	-585,63
2016	185.235.400.805	-3,09	137.552.002.856	-19,77	47.683.397.949	142,23
2017	217.739.177.077	17,55	150.749.452.949	9,59	66.989.724.128	40,49
JAN-JUL/2018	136.459.746.098	7,91%	102.423.874.750	21,99%	34.035.871.348	...

FONTE: DIC/SECEX

OFERTA E DEMANDA DOS PRINCIPAIS PRODUTOS AGRÍCOLAS BRASILEIROS - (Complexo soja e trigo) SAFRAS 2011/2018 (Mil toneladas)

PRODUTO	SAFRA	ESTOQUE INICIAL	PRODUÇÃO	IMPORTAÇÃO	SUPRIMENTO	CONSUMO	EXPORTAÇÃO	ESTOQUE FINAL
Algodão em pluma	2011/12	521,7	1.893,3	3,5	2.418,5	895,2	1.052,8	470,5
	2012/13	470,5	1.310,3	17,4	1.798,2	920,2	572,9	305,1
	2013/14	305,1	1.734,0	31,5	2.070,6	883,5	748,6	438,5
	2014/15	438,5	1.562,8	2,1	2.003,4	820,0	834,3	349,1
	2015/16	349,1	1.289,2	27,0	1.665,3	660,0	804,0	201,3
	2016/17	201,3	1.529,5	33,6	1.764,4	685,0	834,1	245,3
	2017/18	245,3	1.979,40	15	2.239,70	720	1.010,00	509,7
Arroz em casca	2011/12	2.569,5	11.599,5	1.068,0	15.237,0	11.656,5	1.455,2	2.125,3
	2012/13	2.125,3	11.819,7	965,5	14.910,5	12.617,7	1.210,7	1.082,1
	2013/14	1.082,1	12.121,6	807,2	14.010,9	11.954,3	1.188,4	868,2
	2014/15	868,2	12.448,6	503,3	13.820,1	11.495,1	1.362,1	962,9
	2015/16	962,9	10.603,0	1.187,4	12.753,3	11.428,8	893,7	430,8
	2016/17	430,8	12.327,8	1.042,0	13.800,6	12.0240,3	1.064,7	711,6
	2017/18	711,6	12.025,20	1.050,00	13.786,80	12.000,00	1.200,00	586,8
Feijão	2011/12	686,4	2.918,4	312,3	3.917,1	3.500,0	43,3	373,8
	2012/13	373,8	2.806,3	304,4	3.484,5	3.320,0	35,3	129,2
	2013/14	129,2	3.453,7	135,9	3.718,8	3.350,0	65,0	303,8
	2014/15	303,8	3.210,2	156,7	3.670,7	3.350,0	122,6	198,1
	2015/16	198,1	2.512,9	325,0	3.036,0	2.800,0	50,0	186,0
	2016/17	186,0	3.399,5	137,6	3.723,1	3.300,0	120,5	302,6
	2017/18	302,6	3.184,20	120	3.606,80	3.300,00	120	186,8
Milho	2011/12	4.459,6	72.979,5	774,0	78.213,1	51.894,0	22.313,7	4.005,4
	2012/13	4.005,4	81.505,7	911,4	86.422,5	53.263,8	26.174,1	6.984,6
	2013/14	6.984,6	80.051,7	790,7	87.827,0	54.503,1	20.924,8	12.399,1
	2014/15	12.399,1	84.672,4	316,1	97.387,6	56.611,1	30.172,3	10.604,2
	2015/16	10.604,2	66.530,6	3.338,1	80.472,9	54.639,8	18.883,2	6.949,9
	2016/17	6.617,3	97.842,8	953,6	105.413,7	57.330,5	30.836,7	17.246,5
	2017/18	17.246,50	82.181,30	400	99.827,80	59.844,80	27.000,00	12.983,00
Soja em grãos	2011/12	3.020,4	66.383,0	266,5	69.669,9	36.754,0	32.468,0	447,9
	2012/13	447,9	81.499,4	282,8	82.230,1	38.694,3	42.791,9	743,9
	2013/14	743,9	86.120,8	578,7	87.443,5	40.200,0	45.692,0	1.551,5
	2014/15	1.551,5	96.228,0	324,1	98.103,6	42.850,0	54.324,2	929,4
	2015/16	929,4	95.434,6	400,0	96.764,0	43.700,0	51.581,9	1.482,1
	2016/17	1.482,1	114.075,3	300,0	115.857,4	46.100,0	68.154,6	1.602,8
	2017/18	2.252,80	118.985,50	400	121.638,30	47.000,00	74.000,00	638,3
Farelo de Soja	2011/12	3.176,7	26.026,0	5,0	29.207,7	14.051,1	14.289,0	867,6
	2012/13	867,6	27.258,0	3,9	28.129,5	14.350,0	13.333,5	446,0
	2013/14	446,0	28.336,0	1,0	28.783,0	14.799,3	13.716,3	267,4
	2014/15	267,4	30.492,0	1,1	30.760,5	15.100,0	14.826,7	833,8
	2015/16	833,8	30.954,0	0,8	31.788,6	15.500,0	14.443,8	1.844,8
	2016/17	1.844,8	32.186,0	1,0	34.031,8	17.000,0	14.177,1	2.854,7
	2017/18	2.854,70	33.110,00	1,0	35.965,70	17.500,00	16.500,00	1.965,70
Óleo de soja	2011/12	988,0	6.591,0	1,0	7.580,0	5.172,4	1.757,1	650,5
	2012/13	650,5	6.903,0	5,0	7.558,5	5.556,3	1.362,5	639,7
	2013/14	639,7	7.176,0	0,1	7.815,8	5.930,8	1.305,1	579,9
	2014/15	579,9	7.722,0	25,3	8.327,2	6.359,2	1.669,9	298,1
	2015/16	298,1	7.839,0	66,1	8.203,2	6.380,0	1.254,2	569,0
	2016/17	569,0	8.151,0	40,0	8.760,0	6.800,0	1.342,5	617,5
	2017/18	617,5	8.385,00	40	9.042,50	7.100,00	1.450,00	492,5

Trigo	2011	2.201,6	5.788,6	6.011,8	14.002,0	10.144,9	1.901,0	1.956,1
	2012	1.956,1	4.379,5	7.010,2	13.345,8	10.134,3	1.683,9	1.527,6
	2013	1.527,6	5.527,8	6.642,4	13.697,8	11.381,5	47,4	2.268,9
	2014	2.268,9	5.971,1	5.328,8	13.568,8	10.713,7	1.680,5	1.174,6
	2015	1.174,6	5.534,9	5.517,6	12.227,1	10.367,3	1.050,5	809,3
	2016	809,3	6.726,8	7.088,5	14.624,6	11.517,7	576,8	2.530,1
	2017	2.530,1	4.263,5	6.200,0	12.993,6	11.287,4	210,0	1.496,2
	2018	1.987,00	5.143,80	6.300,00	13.430,80	11.005,10	300	2.125,70

Fonte: CONAB – 11º levantamento, agosto 2018. (Disponível em: www.conab.gov.br)

Notas: Estimativa em agosto 2018/ Estoque de Passagem - Algodão, Feijão e Soja: 31 de Dezembro - Arroz 28 de Fevereiro - Milho 31 de Janeiro - Trigo 31 de Julho.

PRODUÇÃO, ÁREA COLHIDA E RENDIMENTO MÉDIO DA SOJA - BRASIL E MAIORES ESTADOS PRODUTORES – 1989-2018
(Mil toneladas e mil hectares)

Ano	Brasil			Maiores Estados Produtores									
	Produção	Área Colhida	Rendimento Médio	Mato Grosso		Paraná		Goiás		Mato Grosso do Sul		Minas Gerais	
			(Kg/ha)	Produção	Área Colhida	Produção	Área Colhida	Produção	Área Colhida	Produção	Área Colhida	Produção	Área Colhida
1989/1990	20.101	11.551	1.740	2.901	1.503	4.572	2.286	1.411	941	1.934	1.209	875	583
1990/1991	15.395	9.743	1.580	2.607	1.100	3.617	1.966	1.659	790	2.300	1.013	963	472
1991/1992	19.419	9.582	2.027	3.485	1.452	3.415	1.798	1.804	820	1.929	970	1.003	456
1992/1993	23.042	10.717	2.150	4.198	1.713	4.720	2.000	1.968	984	2.229	1.067	1.159	552
1993/1994	25.059	11.502	2.179	4.970	1.996	5.328	2.110	2.387	1.090	2.440	1.109	1.234	600
1994/1995	25.934	11.679	2.221	5.440	2.295	5.535	2.121	2.133	1.123	2.426	1.098	1.188	600
1995/1996	23.190	10.663	2.175	4.687	1.905	6.241	2.312	2.046	909	2.046	845	1.040	528
1996/1997	26.160	11.381	2.299	5.721	2.096	6.566	2.496	2.478	991	2.156	862	1.176	523
1997/1998	31.370	13.158	2.384	7.150	2.600	7.191	2.820	3.372	1.338	2.282	1.087	1.383	601
1998/1999	30.765	12.995	2.367	7.134	2.548	7.723	2.769	3.418	1.325	2.740	1.054	1.336	577
1999/2000	32.890	13.623	2.414	8.801	2.905	7.130	2.833	4.073	1.455	2.501	1.107	1.397	594
2000/2001	38.432	13.970	2.751	9.641	3.120	8.623	2.818	4.158	1.540	3.130	1.065	1.496	642
2001/2002	42.230	16.386	2.577	11.733	3.853	9.502	3.291	5.420	1.902	3.279	1.192	1.949	719
2002/2003	52.018	18.475	2.816	12.949	4.420	10.971	3.638	6.360	2.171	4.104	1.415	2.333	874
2003/2004	49.793	21.376	2.329	15.009	5.241	10.037	3.936	6.147	2.572	3.325	1.797	2.659	1.066
2004/2005	52.305	23.301	2.245	17.937	6.105	9.707	4.148	6.985	2.662	3.863	2.031	3.022	1.119
2005/2006	55.027	22.749	2.419	16.700	6.197	9.646	3.983	6.534	2.542	4.445	1.950	2.483	1.061
2006/2007	58.392	20.687	2.822	15.359	5.125	11.916	3.979	6.114	2.191	4.881	1.737	2.568	930
2007/2008	60.018	21.313	2.816	17.848	5.675	11.896	3.977	6.544	2.180	4.569	1.731	2.537	870
2008/2009	57.166	21.743	2.629	17.963	5.828	9.510	4.069	6.836	2.307	4.180	1.716	2.751	929
2009/2010	68.688	23.468	2.927	18.767	6.225	14.079	4.485	7.343	2.550	5.308	1.712	2.872	1.019
2013/2014	86.121	30.173	2.854	26.442	8.616	14.781	5.010	8.995	3.102	6.148	2.120	3.327	1.238
2014/2015	96.228	32.093	2.998	28.018	8.934	17.210	5.225	8.625	3.325	7.178	2.301	3.507	1.319
2015/2016	95.434	33.251	2.870	26.031	9.140	16.845	5.451	10.250	3.285	7.241	2.430	4.731	1.469
2016/2017	114.075	33.909	3.364	30.514	9.323	19.586	5.250	10.819	3.279	8.576	2.522	5.067	1.456
2017/2018	118.985,5	35.150	3.385	32.306	9.519	19.170	5.465	11.786	3.387	9.601	2.672	5.545	1.509

FONTE: CONAB – 11º Levantamento - Safra 2017/18 (disponível em: www.conab.gov.br) Nota: Estimativa em agosto/2018.

TAXA DE CRESCIMENTO DO PIB REAL PARA PAÍSES SELECIONADOS – 2004-2017

PAÍSES	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Mundo	5,40	4,90	5,40	5,60	3,00	-0,10	5,40	4,30	3,50	3,50	3,60	3,50	3,20	3,80
África do Sul	4,60	5,30	5,60	5,40	3,20	-1,50	3,00	3,30	2,20	2,50	1,80	1,30	0,60	1,30
Alemanha	0,70	0,90	3,90	3,40	0,80	-5,60	3,90	3,70	0,70	0,60	1,90	1,50	1,90	2,50
Argentina	9,00	8,90	8,00	9,00	4,10	-5,90	10,10	6,00	-1,00	2,40	-2,50	2,70	-1,80	2,90
Bolívia	4,20	4,40	4,80	4,60	6,10	3,40	4,10	5,20	5,10	6,80	5,50	4,90	4,30	4,20
Brasil	5,80	3,20	4,00	6,10	5,10	-0,10	7,50	4,00	1,90	3,00	0,50	-3,50	-3,50	1,00
Canadá	3,10	3,20	2,60	2,10	1,00	-2,90	3,10	3,10	1,70	2,50	2,90	1,00	1,40	3,00
Chile	7,20	5,70	6,30	4,90	3,60	-1,60	5,80	6,10	5,30	4,10	1,80	2,30	1,30	1,50
China	10,10	11,30	12,70	14,20	9,60	9,20	10,60	9,50	7,90	7,80	7,30	6,90	6,70	6,90
Colômbia	5,30	4,70	6,70	6,90	3,50	1,70	4,00	6,60	4,00	4,90	4,40	3,10	2,00	1,80
Coréia do Sul	4,9	3,92	5,18	5,46	2,83	0,71	6,5	3,68	2,29	2,9	3,34	2,79	2,83	3,10
Equador	8,20	5,30	4,40	2,20	6,40	0,60	3,50	7,90	5,60	4,90	4,00	0,20	-1,50	2,70
Estados Unidos	3,80	3,30	2,70	1,80	-0,30	-2,80	2,50	1,60	2,20	1,70	2,60	2,90	1,50	2,40
França	2,80	1,60	2,40	2,40	0,20	-2,90	2,00	2,10	0,20	0,60	0,90	1,10	1,20	2,30
Índia	7,80	9,30	9,30	9,80	3,90	8,50	10,30	6,60	5,50	6,40	7,50	8,00	7,10	6,70
Indonésia	5,00	5,70	5,50	6,30	7,40	4,70	6,40	6,20	6,00	5,60	5,00	4,90	5,00	5,10
Itália	1,60	0,90	2,00	1,50	-1,10	-5,50	1,70	0,60	-2,80	-1,70	0,10	0,80	0,90	1,50
Japão	2,20	1,70	1,40	1,70	-1,10	-5,40	4,20	-0,10	1,50	2,00	0,40	1,40	0,90	1,70
México	3,90	2,30	4,50	2,30	1,10	-5,30	5,10	3,70	3,60	1,40	2,80	3,30	2,90	2,00
Paraguai	4,10	2,10	4,80	5,40	6,40	-4,00	13,10	4,30	-1,20	14,00	4,70	3,00	4,00	4,30
Peru	9,60	9,00	7,10	5,00	0,80	-4,70	8,50	11,10	4,80	8,50	5,20	6,10	3,20	7,00
Reino Unido	2,50	3,00	2,50	2,60	-0,60	-4,30	1,90	1,50	1,30	1,90	3,10	2,20	1,80	1,70
Rússia	7,20	6,40	8,20	8,50	5,20	-7,80	4,50	5,10	3,70	1,80	0,70	-2,80	-0,20	1,50
Tailândia	6,30	4,20	5,00	5,40	1,70	-0,70	7,50	0,80	7,20	2,70	1,00	3,00	3,30	3,90
Uruguai	4,60	6,80	4,10	6,50	7,20	4,20	7,80	5,20	3,50	4,60	3,20	0,40	1,50	3,10
Venezuela	18,30	10,30	9,90	8,80	5,30	-3,20	-1,50	4,20	5,60	1,30	-3,90	-6,20	-16,50	-14,00

FONTES: Fundo Monetário Internacional, *International Financial Statistics*. IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

Sinal convencional utilizado: ... Dado não disponível.

TAXA DE INFLAÇÃO ANUAL MÉDIA PARA PAÍSES SELECIONADOS (PREÇOS AO CONSUMIDOR) 2004-2017

PAÍSES	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Mundo	3,80	4,10	4,10	4,30	6,30	2,70	3,70	5,00	4,10	3,70	3,20	2,80	3,00	3,90
África do Sul	1,40	3,40	4,60	7,20	11,00	7,10	4,30	5,00	5,60	5,80	6,10	4,60	6,30	5,30
Alemanha	1,80	1,90	1,80	2,30	2,80	0,20	1,10	2,50	2,10	1,60	0,80	0,10	0,40	1,70
Argentina	4,40	9,60	10,90	8,80	8,60	6,30	10,50	9,80	10,00	10,60	0,80	0,10	0,40	25,70
Bolívia	4,40	5,40	4,30	6,70	14,00	3,30	2,50	9,90	4,50	5,70	5,80	4,10	3,60	2,80
Brasil	6,60	6,90	4,20	3,60	5,70	4,90	5,00	6,60	5,40	6,20	6,30	9,00	8,70	3,40
Canadá	1,80	2,20	2,00	2,10	2,40	0,30	1,80	2,90	1,50	0,90	1,90	1,10	1,40	1,60
Chile	1,10	3,10	3,40	4,40	8,70	1,50	1,40	3,30	3,00	1,90	4,40	4,30	3,80	2,20
China	3,90	1,80	1,50	4,80	5,90	-0,70	3,30	5,40	2,60	2,60	2,00	1,40	2,00	1,50
Colômbia	5,90	5,10	4,30	5,50	7,00	4,20	2,30	3,40	3,20	2,00	2,90	5,00	7,50	4,30
Coréia do Sul	2,75	2,24	2,53	4,67	2,76	2,94	4,03	2,19	1,3	1,27	0,71	0,97	2,75	...
Equador	2,70	2,20	3,30	2,30	8,40	5,20	3,60	4,50	5,10	2,70	3,60	4,00	1,70	0,40
Estados Unidos	2,70	3,40	3,20	2,90	3,80	-0,30	1,60	3,10	2,10	1,50	1,60	0,10	1,30	2,10
França	2,30	1,90	1,90	1,60	3,20	0,10	1,70	2,30	2,20	1,00	0,60	0,10	0,30	1,00
Índia	3,80	4,40	6,70	6,20	9,10	10,60	9,50	9,50	10,00	9,40	5,80	4,90	4,50	3,30
Indonésia	6,10	10,50	13,10	6,70	9,80	5,00	5,10	5,30	4,00	6,40	6,40	6,40	3,50	3,80
Itália	2,30	2,20	2,20	2,00	3,50	0,80	1,60	2,90	3,30	1,20	0,20	0,10	-0,10	1,20
Japão	0,00	-0,30	0,30	0,10	1,40	-1,30	-0,70	-0,30	-0,10	0,30	2,80	0,80	-0,10	0,50
México	4,70	4,00	3,60	4,00	5,10	5,30	4,20	3,40	4,10	3,80	4,00	2,70	2,80	6,00
Paraguai	4,30	6,80	9,60	8,10	10,20	2,60	4,70	8,30	3,70	2,70	5,00	3,10	4,10	3,60
Peru	3,70	1,60	2,00	1,80	5,80	2,90	1,50	3,40	3,70	2,80	3,20	3,50	3,60	2,80
Reino Unido	1,30	2,10	2,30	2,30	3,60	2,20	3,30	4,50	2,80	2,60	1,50	0,00	0,70	2,60
Rússia	10,90	12,70	9,70	9,00	14,10	11,70	6,90	8,40	5,10	6,80	7,80	15,50	7,00	3,70
Tailândia	2,80	4,50	4,70	2,20	5,50	-0,80	3,30	3,80	3,00	2,20	1,90	-0,90	0,20	0,70
Uruguai	9,20	4,70	6,40	8,10	7,90	7,10	6,70	8,10	8,10	8,60	8,90	8,70	9,60	6,20
Venezuela	21,70	16,00	13,70	18,70	31,40	26,00	28,20	26,10	21,10	43,50	57,30	111,80	254,40	1087,50

FONTE: Fundo Monetário Internacional, *International Financial Statistics*

Sinal convencional utilizado: ... Dado não disponível.

Equipe Técnica



Carlos Ilton Cleto

Economista, doutor em Engenharia da Produção pela Universidade Federal de Santa Catarina e professor da FAE.



Gilmar Mendes Lourenço

Economista, mestre em Engenharia da Produção pela Universidade Federal de Santa Catarina e professor da FAE.



Rafael Polay Alcântara

Acadêmico do Curso de Ciências Econômicas da FAE.